



Anais da Assembléia

N.º 11

CURITIBA, QUARTA-FEIRA EM 13 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 7.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1985

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Erondy Silvério.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados:

Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Tuguio Setogutte (41).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Acir Mazzadri, Donato Gulin, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Ironi Pugliesi, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Sérgio Spada, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 32/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

| Municípios | N.º do Convênio |
|------------------------|-----------------|
| Nova Londrina | 183/84 |
| Ourizona | 188/84 |
| Paçandu | 189/84 |
| Palotina | 193/84 |
| Porecatu | 214/84 |
| Primeiro de Maio | 220/84 |
| Rancho Alegre | 228/84 |
| Quatiguá | 222/84 |
| Salgado Filho | 243/84 |
| Salto do Lontra | 245/84 |
| Sta. Cruz M. Castelo | 249/84 |
| Santo Antonio do Caiuá | 258/84 |
| São Pedro do Ivaí | 275/84 |
| Tamboara | 285/84 |
| Tapira | 287/84 |
| Três Barras do Paraná | 297/84 |
| Uniflor | 304/84 |
| Vera Cruz do Oeste | 306/84 |
| Wenceslau Braz | 309/84. |

O interesse público da aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecera dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 33/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

| Municípios | N.º do Convênio |
|------------|-----------------|
|------------|-----------------|

Abatiã

001/84

| | |
|-------------------------|--------|
| Curiúva | 075/84 |
| Dois Vizinhos | 077/84 |
| Iretama | 116/84 |
| Itaguajé | 117/84 |
| Jaboti | 125/84 |
| Japira | 131/84 |
| Loanda | 145/84 |
| Nova América da Colina | 178/84 |
| Nova Olímpia | 184/84 |
| Paranacity | 195/84 |
| Sta Terezinha do Itaipu | 256/84 |
| Sertaneja | 282/84 |
| Verê | 307/84 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 34/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Re-Ratificação datados de 31 de outubro de 1984, aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba- COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos".

| <u>Municípios</u> | <u>N.º e data do</u> |
|-------------------|--------------------------------------|
| | <u>Convênio</u> <u>Re-Ratificado</u> |

| | | |
|-----------------------|-------|------------|
| Almirante Tamandaré | 18/84 | -02.05.84 |
| Araucária | 19/84 | - 26.04.84 |
| Campina Grande do Sul | 21/84 | - 26.04.84 |
| Campo Largo | 22/84 | - 26.04.84 |
| Colombo | 23/84 | - 02.05.84 |
| Curitiba | 24/84 | - 02.05.84 |
| Piraquara | 25/84 | - 02.05.84 |
| R.Branco do Sul | 27/84 | - 02.05.84 |
| S.José dos Pinhais | 28/84 | - 26.04.84 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa

Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 35/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênio, celebrados em 19 de outubro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de Andirá, Cafelândia, Catanduvas, Centenário do Sul, Céu Azul, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Guaraci, Jataizinho, Jseuítas, Mamborê, Matelândia, Medianeira, Nova Prata do Iguçu, Planalto, Realeza, Renascença, Rolândia, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, Verê e Vitorino, objetivando o engajamento dos Municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 36/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

| Municípios | Nº do Convênio |
|--------------------|----------------|
| Bandeirantes | 25/84 |
| Barra do Jacaré | 28/84 |
| Cruzeiro do Sul | 73/84 |
| Diamante do Norte | 76/84 |
| Inajá | 111/84 |
| Indianópolis | 112/84 |
| Laranjeiras do Sul | 143/84 |
| Mirador | 170/84 |
| Pérola do Oeste | 204/84 |
| Santa Inês | 252/84 |
| Santa Mariana | 255/84 |
| Tomazina | 296/84 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 37/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SINE/Mtb 22.14/84, de 27 de fevereiro de 1984 e dos respectivos Termos de Retificação e Ratificação, datados de 30 de julho e 13 de agosto do mesmo ano, celebrados entre o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Emprego e Salário, e o Estado do Paraná, tendo como interveniente-conveniente a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, visando a implementação do Sistema Nacional de Emprego SINE, no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 38/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios, Termos de Revigoração e de Aditamentos, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com as partes, objetivos e nas datas conforme abaixo se menciona:

I- Convênio de 30.12.83 e respectivo Termo de Revigoração, de 04.07.84, com a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel- FECIVEL, visando o desenvolvimento de atividades industriais e comerciais;

II- Convênio de 30.12.83 e respectivo Termo de Revigoração, de 12.07.84, com a Fundação Ensino Superior de Pato Branco, visando desenvolver e incrementar as atividades industriais e comerciais;

III- Convênio de 30.12.83 e respectivo Termo de Revigoração, de 04.07.84, com a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, visando desenvolver e incrementar as atividades industriais e comerciais;

IV- Termo de Ajuste de 15.03.84, ao convênio SISNIC nº 1/79, com o Conselho de Desenvolvimento Comercial, do Ministério da Indústria e do Comércio, para elaboração do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba";

V- Convênio nº 20/83, de 19.10.83 e seu Termo Aditivo nº 1/84, de 30.03.84, com a Secretaria de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, para expansão do projeto de formação profissional de população de baixa renda;

VI- Convênio nº 25/84, de 10.07.84, com a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, para implantação de cooperativas de trabalhadores rurais e volantes; e

VII- Convênio nº 05/84, de 10.05.84, com a Secretaria de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, objetivando dar continuidade ao projeto de preparação de mão-de-obra às populações de baixa renda.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio, celebrado em 25 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná e o Estado de Goiás, tendo como intervenientes das Secretarias da Indústria e do Comércio dos Estados signatários, visando a cooperação técnica para o desenvolvimento do PROGRAMA DE MICRODESENVOLVIMENTO DE ALCOOL, no Estado de Goiás.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênio celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos:

| Município | Data do Termo |
|-------------------------|---------------|
| Apucarana | 01/11/84 |
| Assaí | 09/11/84 |
| Ibiporã | 09/11/84 |
| São João | 01/11/84 |
| Pato Branco | 19/11/84 |
| Marechal Cândido Rondon | 19/11/84 |
| Braganey | 19/11/84 |
| Vera Cruz do Oeste | 19/11/84 |
| Assis Chateaubriand | 25/10/84 |
| Terra Roxa | 26/10/84 |
| São Tomé | 31/10/84 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 27 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética - PME/Pr, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte de passageiros:

| Município | N.º do Convênio |
|----------------------|-----------------|
| Almirante Tamandaré | 62/84 |
| Campo Largo | 58/84 |
| Piraquara | 59/84 |
| Rio Branco do Sul | 46/84 |
| Rio Branco do Sul | 60/84 |
| São José dos Pinhais | 61/84 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o projeto de Lei n.º 03/85, que concede Título de Cidadão Honorário ao Arcebispo de Cascavel, Dom ARMANDO CIRIO.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) EDGARD PIMENTEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n.º 20/84, de minha autoria, que cria na estrutura do Poder Legislativo 06 (seis) Gabinetes às Vices - Lideranças, como específica.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, o adia-

mento da votação, por cinco (5) sessões, para o Projeto de Lei Complementar n. 03/84, de minha autoria e constante da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que subscreve, o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Elias Seminguem, ocorrido em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação fundamenta-se no fato do Senhor Elias Seminguem ter sido um dos fundadores e pioneiros do Município de Campo Mourão, tendo colaborado com o seu trabalho e exemplo familiar no desbravamento e progresso de nossa cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento, em acidente rodoviário de 07 (sete) pessoas todas do Município de Bituruna: ELTON PERUZZO, ROGÉRIO DOS SANTOS ROCHA, LUIZ A. S. ROCHA, VLADEMIR DANIEL, LUIZ CARLOS ALVES, IVANIR CAZAMALLI e o Soldado da PM, FRANCISCO DE SOUZA.

REQUER, outrossim, que da decisão do Plenário seja dado conhecimento às famílias enlutadas através do Presidente do Diretório Municipal do P.M.D.B. de Bituruna, Senhor JOSÉ MARCON.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor EVERALDINO CARVALHO DE LIMA, ocorrido na cidade de Palmas, no dia 09 de fevereiro passado.

REQUER, também, que da decisão do Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com o passamento do Senhor EVERALDINO CARVALHO DE LIMA, aos 98 anos de idade, perdeu o Município de Palmas um de seus mais proeminentes homens. Membro de tradicional família palmense, ex-revolucionário de 1930, companheiro do saudoso Presidente GETÚLIO VARGAS e Fundador do Diretório Municipal do antigo M.D.B. e do P.M.D.B, onde permaneceu como seu expoente máximo até o seu falecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão pela eleição de sua nova Diretoria, com conseqüente encaminhamento ao novo Presidente eleito, ilustríssimo Senhor Dilmar Daleffe.

A Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão surgiu de uma grande preocupação por parte do setor empresarial no sentido de que aquele setor, através de seus integrantes, se unissem e, através de uma união verdadeira e com acúmulo de força, pudessem dar, de forma coesa, respostas a todos os processos desenvolvimentistas do município.

Com o passar do tempo, e a cada instante, aquela Entidade classista foi ganhando destaque cada vez maior, exatamente pelo fato que pode sempre contar com Diretorias que souberam expressar seus verdadeiros objetivos e sentimentos.

Não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo Paranaense, votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, como forma de procurar reconhecer os relevantes serviços prestados ao longo de sua existência naquele município, consignando também na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, a relação dos novos e respectivos cargos da Diretoria eleita, que tomará posse no próximo dia 15.

Diretor Presidente: Dilmar Daleffe

Diretor Primeiro Vice-Presidente:

Teófilo Boiko

Diretor Segundo Vice-Presidente:

Zaluir Pedro Assad

Diretor Primeiro Secretário:

Marcos Antônio Corpa

Diretor Segundo Secretário:

João Luiz Pessa

Diretor Primeiro Tesoureiro:

Alcione Jacob de Souza

Diretor Segundo Tesoureiro:

Luciano Andrade Aires

CONSELHO DELIBERATIVO

Jintaro Ikeda, Orlando Bedin, Delordes Daleffe, José Aroldo Galassini, Manoel

Martins, Fausto Alcântara de Oma, Antônio José Lopes Pequito, Alcídio Pereira e Ary Cavalcanti.

CONSELHO FISCAL E MEMBROS EFETIVOS
José Natanael dos Santos, Jofre Fernando Costa, José Tamadon, Marcos Alexandre Roch, Celso H. Tanaka e Luiz Akira Kobayashi.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos desta sessão, de um VOTO DE LOUVOR à memória da Professora AMASÍLIA PINTO DE ARAÚJO, pelo transcurso do Centenário do seu nascimento, transcorrido no último dia 08 de março de 1985.

REQUER, ainda, que o presente se dê ciência aos descendentes da homenageada "in memoriam", dirigindo-se para: Senhor OCTAVIO DE ARAÚJO - Rua Cel. João da Silva Sampaio n. 157 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A lembrança da primeira professora deixa marcas indeléveis que no transcorrer dos anos jamais serão apagadas das mentes das crianças.

A insigne mestra e educadora AMASÍLIA PINTO DE ARAÚJO, recebe justo e merecido preito de gratidão pela dedicação e desprendimento com que soube pautar sua passagem neste mundo, não só no cumprimento de sua missão como mestra, mas principalmente, como ser humano.

Que seu dignificante exemplo de educadora e ser humano, sirva como fonte de inspiração para outras milhares de professoras para que um dia, também sejam lembradas por sucessivas gerações, com o mesmo carinho, respeito e admiração da Professora AMASÍLIA que conseguiu, através do tempo, manter-se viva na lembrança daqueles que a conheceram e daqueles que, mesmo sem a terem conhecido, ainda assim, reverenciam a sua memória em reconhecimento ao seu desempenho como mestra e as suas virtudes como ser humano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados telex ao Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, JOSÉ RICHA, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do B.N.H., NELSON DA MATA e ao Excelentíssimo Senhor presidente do Conglomerado BANESTADO, JOSÉ CARLOS CAMPOS HIDALGO, solicitando a definição imediata com relação à absorção dos fun-

cionários da Habitasul S/A e Banco Sul Brasileiro S/A pelo BANESTADO.

Tal medida é em função de uma norma do Banco Nacional da Habitação empregada em outros episódios semelhantes.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, solicitando melhorias e ampliação da rede de água no Município de Ipiranga-Pr.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz devido ao sempre crescente número de consumidores, que torna a bomba ineficiente para o atendimento, além do que, a canalização que supre o reservatório, é a mesma que faz a distribuição, provocando assim uma constante falta de água, principalmente na região alta da cidade.

Considerando o elevado espírito comunitário da reivindicação em tela, solicitamos sua urgente e necessária aprovação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, DENI LINNEU SCHWARTZ, solicitando alteração no roteiro de viagem do ônibus que faz a linha Curitiba/Londrina, Viação Ouro Branco S/A., pela PR-90, na localidade de Barro Preto, Município de Tibagi-Pr.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do Município de Tibagi, mais precisamente na localidade de Barro Preto, necessitam de uma alteração no roteiro de viagem do ônibus que pertence à Viação Ouro Branco S/A., que faz a rota Curitiba/Londrina, pela PR-90, Estrada do Cerne. Essa pequena alteração não irá ultrapassar 500 metros de seu percurso, e desse modo, não sofrerá alteração no preço da passagem.

Assim sendo, estaremos evitando a transposição dos citados moradores, de uma rodovia altamente perigosa, e também ficariam abrigados das intempéries.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, Gilberto Geraldo Garbi, solicitando a instalação de dois aparelhos telefônicos públicos, no Município de Cândido de Abreu-Pr., um no Quartel da Polícia Militar e outro no centro da cidade.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade daquela progressista cidade, tem manifestado sua posição, quanto a necessidade que essa TELEPAR, determine a autorização para a instalação de dois aparelhos telefônicos públicos.

Sem dúvida que se trata de uma reivindicação extremamente justa, tendo em vista que, nos últimos anos, tem-se verificado em Cândido de Abreu, um significativo aumento da população, e com isto torna-se necessária a instalação de telefones públicos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo, através da Secretaria de Assuntos Comunitários, viabilize ajuda financeira para construção da Sede da Associação de Moradores do Conjunto habitacional Dr. Milton Luiz Pereira, da cidade de Campo Mourão-Pr.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo sido procurado pelo Presidente da Associação de moradores do Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira de Campo Mourão, fato que, sugeriu-me tal medida, pois que, a exemplo do que aconteceu no Governo passado, foi dada ajuda via governamental para a construção do Clube de Mães do mesmo conjunto.

Ora, é evidente a preocupação do atual Governo nos assuntos de alto alcance social.

E o motivo que trata a ementa deste requerimento é sem dúvida, motivo e objeto de atenção, pois que, trata-se de uma iniciativa que envolve uma plêiade de pessoas que na união comum de pensamento, querem melhorar o espaço físico e social do seu "habitat", procurando-se para tanto, recursos externos, visto que, as suas próprias condições econômicas não reúnem esperanças para concretização de um sonho

tão próprio e tão importante.

Ainda mais, se tal pedido é feito via Secretaria de Assuntos Comunitários, é porque vimos nisso uma forma de agilizá-la e justificar a sua criação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor JOÃO ELÍZIO FERRAZ DE CAMPOS, D.D. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, a instalação de uma agência no Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios, visto que naquela cidade não existe estabelecimento bancário do Estado.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Rosário, conta com aproximadamente trinta mil habitantes, polarizando um centro agrícola de grande importância no Norte do Estado, onde se cultiva principalmente arroz, feijão e milho.

Apesar de existir em Rosário, uma agência do BRADESCO, o mesmo não conta com uma estrutura suficiente para atender a contento dos agricultores e a população em geral, fato este comprovado por líderes políticos do Distrito de Rosário.

Sendo o BANESTADO um órgão do Estado que contribui com a agricultura, faz-se necessário a imediata instalação desta agência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a realização de estudos objetivando avaliar as reais possibilidades da implantação do programa de fluoretação na rede de água existente na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Fora de qualquer dúvida que a execução de um programa de fluoretação, mesmo a curto prazo, já traz, conforme as estatísticas bem evidenciam, resultados considerados satisfatórios, como os da cidade de Campo Mourão, implantado há pouco tempo.

Justamente em face dos objetivos propostos para Campo Mourão e diante de muitos já atingidos, como profundo conhecedor dos problemas relacionados direta e indiretamente com o setor de saúde, notadamente quanto à questão do atendimento preventivo ou de primeiros socorros oferecidos à população, o Ilustríssimo Senhor José Car-

los Nogueira, que é fiscal de saúde no centro existente na Municipalidade de Engenheiro, quer que o programa de fluoretação naquela cidade, seja implantado.

Fora de qualquer dúvida que a iniciativa daquele Senhor, fiscal do centro de saúde é extremamente louvável, pois, está imbuído na preocupação de que é imprescindível o fato de se lutar intensamente para que haja a diminuição considerável dos índices de dentes cariados a nível do Município de Engenheiro Beltrão.

Espera-se, portanto, que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social dê o necessário encaminhamento do que ora é postulado, cuja iniciativa do Senhor José Carlos Nogueira vem de encontro aos verdadeiros e legítimos interesses do conjunto da população de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedida, com extrema urgência, correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando uma tomada de posição com vistas à situação indefinida em que se encontram os funcionários do Banco Sulbrasileiro, frente às notícias de liquidação extrajudicial do referido Banco.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente ao Secretário da Administração do Paraná, solicitando prioridade à liberação de recursos previstos para a reforma do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, localizado no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Marcelino Champagnat é um dos mais antigos e tradicionais estabelecimentos de ensino de Londrina. Infelizmente a manutenção das suas instalações não mereceu a devida atenção nos últimos anos.

A situação do estabelecimento é precária. Se não vejamos:

- a cobertura do edifício encontra-se avariada, verificando-se a existência de inúmeras goteiras, que estão danificando o forro, a pintura e equipamentos.

- as instalações são obsoletas e peri-

gosas, pondo em risco o próprio prédio.

- as instalações hidráulicas e sanitárias, que devido ao mal funcionamento da rede de esgotos, está ocasionando infiltrações na estrutura do prédio.

Vale lembrar que o requerimento nesse sentido foi enviado em 1984, à Senhora Secretária da Educação.

Nossa intervenção, nesta oportunidade, se prende a uma real preocupação com a segurança de alunos e professores que ocupam a parte do prédio cuja reforma está sendo solicitada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente ao Presidente do BNH - Banco Nacional da Habitação, solicitando urgência na tomada das providências de regularização da situação dos funcionários das agências dos Bancos HABITASUL e SULBRASILEIRO no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A quebra dos sistemas financeiros HABITASUL e SULBRASILEIRO deixou em situação de angústia milhares de trabalhadores, repentinamente privados de seus empregos, e na incerteza de seu futuro.

No Paraná, coube ao Conglomerado Banestado a absorção da maior parte das contas de poupança daqueles grupos.

Está, ainda, acertada a absorção, também pelo Banestado, dos funcionários dos Bancos, como contrapartida à Cessão a ele das respectivas cartas patentes de agências.

De seu lado, o BANESTADO já tomou as providências para que isto se concretizasse.

A fim de desenvolver trabalhadores a sua segurança, resta apenas ao BNH tomar as que cabem a ele.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Affonso Camargo, novo Ministro dos Transportes e ao Diretor Presidente do DNER, no sentido de que seja adotado novos critérios para aferir o peso das cargas transportadas por caminhões que deve ser tomado como "peso total" e não peso por eixo.

REQUER ainda o envio de cópia ao Presidente da Federação dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Senhor Vítorio Martini, bem como aos Deputados Federais do Paraná com assento na Câmara Fe-

deral. Vitório Martini - Rua Cuiabá, 1318 - Cascavel.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Não podem mais os Condutores Autônomos que constituem uma das categorias profissionais que mais tem sofrido, apesar do alcance social do trabalho desenvolvido pela classe, conviverem com a política adotada nos últimos anos, pelo governo, no transporte rodoviário de cargas, estando a classe à beira do colapso, pois ninguém consegue mais renovar o seu veículo, em função dos baixos fretes pagos ao carreteiro e ao desrespeito a tabela de fretes da Federação. E agora época de safra e de transportar os cereais para exportação, vem o DNER, com suas obsoletas e injustas balanças, gerar verdadeira "indústria de multas" onde se apropriará de alguns bilhões de cruzeiros a custa do trabalho sofrido do camioneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio ao Congresso Nacional de moção de apoio à Emenda Roberto Freire (PMDB-PE), ora tramitando naquele Legislativo, e que altera a Constituição Federal para instituir a plena liberdade de organização partidária.

Sala das Sessões, em 13.03.85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Apoiamento:

Trajano Bastos, Tadeu França, Homero Oguido, Paulo Furiatti, Nilso Sguarezi, Mário Pereira, Adhail Sprenger Passos, Nelson Vasconcellos, Osvaldo Alencar Furtado, Antônio Annibelli, Ervin Bonkoski, Amélia Hruschka, Gernote Kirinus, Sabino Campos, Tadeu Lucio Machado, Ferrari Júnior, Djalma de Almeida Cesar, Hermas Brandão, José Antônio Fonseca, Orlando Pessuti, Anibal Khury, Artagão Mattos Leão, Dirceu Manfrinato, Jorge Maia Filho, Gernote Kirinus, Roberto Requião, Rubens Buenó.

JUSTIFICATIVA: MOÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Inaugurada aquela que todos, hoje, anseiam seja efetivamente a Nova República, coloca-se concretamente para a sociedade brasileira a questão da redemocratização e institucionalização do País.

Este é um processo político que culminará com uma Assembleia Nacional Constituinte tão livre, democrática e soberana quanto pudermos conquistar. Compreende, porém, uma primeira fase, durante a qual deve ser eliminada a herança ditatorial deixada pelo regime derrotado, sem o que

estará irremediavelmente viciado.

Muitas são as medidas que tal primeira fase exige para ser completa e abrangente. A liberdade de organização partidária, uma das mais importantes dentre elas, já se encontra na ordem do dia: assinada por 401 deputados e 49 senadores, mais de dois terços dos membros do Congresso Nacional, começou a tramitar, na semana passada, Emenda de autoria do Deputado Roberto Freire (PMDB-PE), que altera o artigo 152 da Constituição Federal, instituindo que é livre a organização de partidos políticos, respeitado tão somente o pluralismo político e as demais regras do jogo democrático.

Os que assinamos a presente moção entendemos ser esta uma questão da própria essência da democracia. É fundamental que todas as correntes do pensamento político existente no País possam se apresentar abertamente à sociedade, e perante ela lutar pelo que entendem correto.

Cerceado que seja um único partido político, amordaçada estará a própria democracia. Esta a razão pela qual conclamamos o Congresso Nacional a aprovar rapidamente, e sem alterações, a Emenda Roberto Freire.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Dá nova redação ao Art. 152 que trata da organização e funcionamento dos Partidos Políticos, revogando-se seus parágrafos e incisos.

"Art.152- É livre a criação de partidos políticos, respeitado o regime democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais do homem.

Parágrafo Único- É assegurado aos cidadãos o direito de associar-se livremente em partidos políticos".

(a) ROBERTO FREIRE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, envio de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, a revisão do número de vagas estabelecido para provimento dos cargos de Auxiliar Administrativo II e Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal CLT da Secretaria de Estado da Educação nos termos dos Decretos n.º 5874 de 24 de novembro de 1978, publicado no Edital 04/85 de 15 de janeiro de 1985, que estabelece as instruções especiais para o teste seletivo.

Tal solicitação procede do fato de havermos recebido correspondência e signifi-

cativo número de consultas de diretores de estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino que manifestam seu estranhamento pelo minguado número de vagas para provimento dos cargos referidos, tendo em vista as solicitações veemente que vem sendo feitas, desde há muito tempo, no sentido da contratação de funcionários, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba.

Analisando os fatos que tem sido amplamente divulgados, como a sensível melhoria, na ampliação da Rede Estadual de Ensino, a celeridade com que vem sendo aplicado o Serviço de Merenda Escolar e a expansão do universo das atividades da escola que deve abrigar também a comunidade; é de se pensar em uma ampliação do Quadro de Pessoal em questão.

Comparando os números, no Edital n.º 04/85, da Secretaria da Administração publicado na página 09, do Diário Oficial n.º 1947, de 15.01.85.

-Para atender as 164 escolas estaduais de Curitiba e mais aquelas conveniadas, foram destinadas apenas 80 vagas para Auxiliar Administrativos II, e 36 para Auxiliar de Serviços Gerais, o que vem em confronto com aquelas destinadas a Umuarama, respectivamente 60 e 112, Londrina com 96 e 48, Maringá com 102 e 32, Cascavel com 38 e 57, Foz do Iguaçu com 23 e 59.

Assim, a Região Metropolitana de Curitiba, com 25 cidades fica com 248 vagas para Auxiliar Administrativo II e a Região de Londrina onde são relacionadas 17 cidades, com 210 vagas, para as mesmas funções. Por que essa diferença?

Os números tornam evidente que houve um privilegiamento do interior com relação à Capital.

Observemos como exemplo, apenas uma das 164 escolas referidas, o Colégio Estadual "Professor João Loyola", com 2.356 alunos, funcionando em três turnos, com 65 salas e servindo merenda escolar, possui apenas 8 serventes, o que torna impossível um bom desempenho no que tange a essas funções de apoio. Considere-se ainda o número de tarefas previstas no Manual de Ocupações e o fato de muitos desses funcionários estarem em final de carreira ou com laudos médicos de dispensa de esforços físicos.

Como representante de Curitiba neste Poder Legislativo, contesto a determinação das vagas para a Região Metropolitana, fundamentado no testemunho dos diretores de estabelecimento de ensino que nos têm procurado, discordando do levantamento realizado e propondo uma revisão, que venha efetivamente atender essas necessidades.

Esclarecemos que não estamos a contestar o número de vagas definido para as cidades do interior relacionadas, apenas de-

sejamos apontar que é evidente, e os números comprovam, que não será suprida a carência de pessoal, principalmente no que tange às funções de Auxiliar de Serviços Gerais, na Região Metropolitana de Curitiba.

Assim, pelo que vem de ser exposto e na certeza do bom senso que deve nortear as decisões do Executivo, apelamos no sentido seja efetivada uma revisão do levantamento realizado para tal determinação e considerada a possibilidade de ampliação do número de vagas para provimento dos cargos referidos, o que seria, além de justo, por atender as necessidades de nossas escolas, um estímulo a tantas pessoas que congorrem a essas funções de apoio, indispensáveis ao bom andamento dos estabelecimentos de ensino.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que seja doada uma fanfarra para o Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizada na Municipalidade de Juranda.

De iniciativa da Ilustríssima Senhora Ires Luiza Valer, Inspetora Estadual de Educação, que afirma de acordo com correspondência remetida a este Deputado, ser de fundamental importância a doação de instrumentos musicais para a formação de uma fanfarra.

A justificativa apresentada pela titular da mencionada Inspeção, deve-se ao fato de o conjunto do estudantado daquele estabelecimento de ensino, quando das datas alusivas a exaltação cívica, não dispõe de instrumentos para a devida comemoração.

Neste sentido, diante da exposição de motivos, espera-se dessa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte a concretização do que ora é reivindicado, dado a sua reconhecida importância para o Colégio Estadual João Maffei Rosa naquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam liberados recursos orçamentários para a pavimentação asfáltica ligando a BR 272 a Avenida 19 de Agosto na Municipalidade de Goioerê.

A iniciativa do presente requerimento é da Câmara Municipal de Vereadores de Goioerê, através de proposição do Excelentíssimo Senhor Vereador Toshiyuki Koike. Este afirma ser de fundamental importância a pavimentação asfáltica da citada ligação.

Neste sentido, torna-se indispensável a participação efetiva do Governo do Estado, através dessa Secretaria de Estado dos Transportes, assegurando a liberação de recursos financeiros para a mencionada obra, tendo em vista a insuficiência de dinheiro por parte da Administração Municipal.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja enviada uma ambulância devidamente equipada para a Municipalidade de Fênix.

O Jovem Carlito Figueira, integrante do partido do Movimento Democrático Brasileiro no seu Diretório local, tem manifestado seu descontentamento com relação ao setor de saúde, notadamente no que se refere a questão do atendimento prestado à população, quando se trata de assistência preventiva ou de primeiros-socorros, segundo a mencionada pessoa, deixa muito a desejar.

Neste sentido, problemas existem, dos mais diversos. No entanto, uma das medidas que podem ser adotadas no sentido de eliminar grande parcela de transtornos atualmente vivenciados pelo conjunto dos moradores de Fênix, é, sem dúvida, a aquisição de uma ambulância devidamente equipada. Para tanto, torna-se indispensável a participação efetiva do Estado, através dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social.

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa Pasta o encaminhamento de medidas que possibilitem o atendimento do que ora é preconizado, cuja reivindicação do Jovem Carlito Figueira, seguramente, representa o interesse dos demais cidadãos.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezzi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Vamos matar a cobra com o veneno da cobra". Assim o PMDB agiu e está chegando agora à posse da Presidência da República. É que, à mercê das contramarchas do tempo, até mesmo o Colégio Eleitoral metamorfoseou-se para o estágio da vacina contra os males nacionais. Contradições a parte, o momento é de agir. E é neste sentido que, participando e comungando do mesmo espírito de vigilância do Governador José Richa diante do novo Governo Federal que se instala, muito mais que as festivas comemorações do marco histórico inicial da Nova República, interessa-nos primordialmente o dia seguinte. É PRECISO REMOVER O ENTULHO AO AUTORITARISMO JÁ. Esta hipótese figura, sem qualquer sombra de dúvida, como pré-condição para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Todos nós defendíamos, na campanha das DIRETAS, a mudança do regime. Sempre denunciávamos, as leis e os atos de autoritarismo. E agora, todos os democratas da Nova República devemos cerrar fileiras para que a remoção do entulho venha a começar já. A propósito, inúmeras leis que aí estão, herança maldita que ainda está ladeando as exéquias da "Revolução Redentora", são incompatíveis até mesmo com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, tais como a Lei de Segurança Nacional, a Lei Falcão e a Lei "Antigreve". Instrumentos que precisam ser revogados já. Para que esperar mais tempo? Estamos sendo Governo e os Parlamentares do PMDB e da Frente Liberal são amplamente majoritários, cabendo-lhes a resposta urgente a um anseio nacional que pretende ver extirpadas já estas entraves da ditadura.

A organização partidária e a legislação eleitoral também têm sido um grande entulho à democracia. E entraves como estes não podem permanecer hibernando até que surja o sol da Constituinte. Até mesmo o aparecimento legal dos partidos clandestinos está aí clamando por solução imediata, mesmo porque de tanto militarem pelos seus justos direitos de presença no complexo da democracia, os clandestinos têm apenas o nome, pois já estão fartamente identificados no cenário nacional.

Por que não a alternativa de candidaturas avulsas e o direito do voto aos

analfabetos, enquanto a máquina institucional vai programando o suporte das reformas profundas e indispensáveis... mas provavelmente às voltas com as dificuldades de véspera de um ano eleitoral?

Todos concordamos que a mudança do regime exige uma nova estrutura constitucional. Todavia, a campanha pela Constituinte, longe de esgotar-se na tarefa de apenas dotar o País de uma nova Carta Constitucional, deve caracterizar-se pela construção de um momento importantíssimo na luta contra o condomínio privado do poder, contra os monopólios internacionais, as forças oligárquicas e seus mecanismos de cooptação.

No dia seguinte da Nova República, não queremos assistir a um rearranjo oligárquico, em que a preeminência dos militares seria apenas transferida à burguesia empresarial atrelada aos interesses multinacionais, pois que desta forma, a mesma estrutura antidemocrática haveria de persistir. Mais uma vez o poder não estaria no povo e nem dele haveria de emanar, porque a este caberia apenas o papel de presenciar um momento nacional de CONCILIAÇÃO DAS ELITES. É por isso que, na Assembleia Constituinte que nós almejamos, paralelamente ao trabalho dos Parlamentares constituintes, deve existir participando uma representação ampla das correntes políticas e movimentos sociais, livremente escolhida pela Soberania Popular.

Muda Brasil, mas por favor que seja na rota da identificação por inteiro com sua própria razão de existir nosso povo, nossa gente".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os representantes do povo do Distrito de São José, estão hoje extravasando uma grande alegria, pela aprovação ontem em primeira discussão do projeto de lei, que cria a autonomia política do Distrito de São José, para que ainda este ano, ali seja realizada a eleição de Prefeito. Continuam ainda em Curitiba, acompanhando os trabalhos, o Presidente da Câmara, Antônio Aparecido de Oliveira; Vereador José Neri das Chagas; Helceu Gonçalves Pacheco; Valmor Silvério; Alípio Francisco Salvador; Pedro Francisco da Silva; e o Doutor Rupen Fernandes que viajou, mais também Durvalino Felipe.

E a nossa esperança é que esta lei seja sancionada logo, para que este ano São José já tenha o seu prefeito e seus Vereadores eleitos pelo povo daquele novo muni-

cípio.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no ano passado, o Palácio Iguazu esbanjou uma grande verba publicitária, com a imagem do Governador José Richa, escolhido pelo Instituto Galup, como o Governador mais popular do Brasil.

Parece-nos que o Governador José Richa, esqueceu-se de continuar desempenhando naquele mesmo ritmo o seu Governo, comprou um avião a jacto, para ficar percorrendo o Brasil, atrás do Presidente Tancredo Neves, que, mal foi eleito, virou as costas para o Paraná e para o povo do Paraná, esquecendo-se de convidar sequer um Deputado, até do PMDB para estar presente à sua posse; e eu vejo que José Richa pagou um preço muito caro, certamente pelo tempo que perdeu, viajando o Brasil, para dar apoio a Tancredo Neves. Está aqui, o Jornal "O Estado de São Paulo", edição de hoje, que traz uma nova pesquisa do Instituto "Galup", e esta pesquisa Richa não vai mandar divulgar ao povo; Richa não vai encher o Paraná de "outdoors", com dinheiro do erário público, para divulgar como está a sua popularidade no Instituto Galup, porque Richa, de acordo com este Instituto, de acordo com a pesquisa publicada hoje, não é mais o Governador mais popular, nem mais o segundo mais popular, nem mesmo o terceiro Governador mais popular; como Governador mais popular do Brasil, está Iris Resende, de Goiás, e na frente de Richa, como Governadores mais populares estão Esperidião Amin, de Santa Catarina, Gonzaga Motta, do Ceará, Governador Roberto Magalhães, de Pernambuco.

O comportamento menos estável do Governador José Richa, diz aqui a pesquisa do Galup, ele estava, no ano passado, com índice de mais 21% de popularidade, mais 21% e Richa ficou atrás de Tancredo Neves, viajando o Brasil, e o resultado é que a sua popularidade, hoje, está em apenas mais 7%.

O grande salto, na popularidade, foi de Roberto Magalhães, de Pernambuco, mais 25% e do Governador do Ceará, mais 15%. Nós temos que destacar, também, que Iris Resende, que é do mesmo Partido de Richa, está com mais 45% e Esperidião Amin, de Santa Catarina está com mais 44%.

A nossa tristeza, Senhor Presidente, quando vemos que a popularidade do Governador do Paraná caiu, o povo não está contente com o trabalho de José Richa, como Governador e o nosso desejo é que Richa, agora, de posse desta pesquisa que ele tanto propagou, tanto divulgou ao Paraná, ele torne o seu Governo mais popular, mais humano, fazendo obras sociais, arranjando emprego ao nosso povo, apoiando a indústria, o comércio, apoiando o funcionário público, apoiando no encontro de soluções

para aqueles que estão desempregados.

O nosso desejo é que um dia possamos voltar aqui para dar os parabéns a Richa, porque o seu conceito, a sua popularidade melhorou na opinião pública, mas hoje ele caiu.

Muito obrigado. (~~Sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Wilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, alguns jornalistas do Paraná, se reuniram com jornalistas do Nordeste que vieram conhecer a realidade agrícola do Paraná.

Na oportunidade, o jornalista Dirceu Pio, um dos mais brilhantes deste Estado, fez um pronunciamento que agora vou ler da tribuna desta Casa.

"Soubemos que entre a comitiva que visitaria o Estado para conhecer os problemas de sua agricultura, haveria um maior número de representantes do Nordeste e Norte Brasileiro. Interessamo-nos em vir aqui conhecê-los a todos, conversarmos, mas, acima de tudo, tentar restaurar algumas verdades nessa desordem que às vezes a província, no jeito muitas vezes inescrupuloso da província, instaura sobre a vida das pessoas e o relacionamento das pessoas.

Senhores que caminharam, alguns pela primeira vez, pelo território agrícola paranaense, sendo jornalistas sensíveis, atentos, não ficaram é lógico, sem perceber o que aconteceu aqui desde a abertura, em larga escala, desta até agora fértil e próspera fronteira agrícola: uma devastação implacável; acompanhada de uma erosão implacável; o despovoamento intensivo das imensas áreas plantadas com soja, trigo, a dependência notável dessa agricultura pretensamente moderna de sofisticados insumos, geralmente importados; levar e levar de trabalhadores dependendo unicamente do mal remunerado e instável trabalho eventual nas grandes propriedades; levar e levar de pequenos agricultores que vão se empobrecendo ano a ano graças a uma política agrícola do Governo Federal que só pode mesmo ser definida por desastrosa ou cruel.

Pretendo ser breve. Gostaria de dizer unicamente que aqui, diante de vocês, está reunido um grupo de jornalistas de Curitiba e do Paraná que, ainda que lhes faltem outras virtudes, tem seguramente a qualidade de serem críticos e independentes no trabalho que exercem, e ainda a qualidade de conhecerem, tanto quanto possível, a realidade agrícola de um Estado o Paraná,

essencialmente agrícola.

Somos também, caríssimos colegas, jornalistas que enxergam no Secretário da Agricultura, aqui presente, o Senhor Claus Germer, aquela competência e lucidez de quem procura gerir um organismo público e dentro do exato interesse, digamos assim, dos contribuintes. Claus Germer, tem ainda mais que isto: ele tem o dom da inventividade, algo que, convenhamos, é uma mercadoria escassa entre os homens públicos deste País hoje em dia, depois de mais de 20 anos de opressão generalizada.

Os Senhores já viram, andando pelas lavouras do Paraná, mais ainda assim pediríamos- conversem com o Secretário sobre as fórmulas que ele vem usando para tentar resolver o problema da erosão - o gravíssimo problema da erosão, o problema da baixa produtividade de algumas culturas como feijão, o problema da substituição dos insumos químicos importados, os malditos insumos químicos importados, o problema da tração animal. Os Senhores, com facilidade, ainda que não percebam o lado honesto e profundamente humano do Secretário, toparão rapidamente com a sua investividade. E eu, particularmente, principalmente a respeito desse novo Ministério que acaba de nascer, não espero mais do que inventividade. E já sei que serão muito grandes as minhas decepções.

O que fizeram e continuam fazendo com o Secretário Claus Germer, faz parte, compreendam os senhores, faz parte dessa capacidade da província- de toda província - em destilar, sem nenhum critério, venenos mortíferos e, em certas ocasiões, antídotos eficazes. Saibam os senhores que a Secretaria da Agricultura de um Estado essencialmente agrícola sempre foi aqui no Paraná um órgão muito cobijado, até mesmo por setores mais conservadores do partido que conquistou o governo em 1982. Claus Germer poderá lhes confirmar que o nauseante episódio originado pelo jornalzinho do Governo não foi o único a lhe perturbar intensamente a vida.

Tranquilizem-se os nordestinos. Temos aqui na província a certeza de que nada de mal partirá de Claus Germer contra essa sofrida região, ainda que, até por justiça, um dia ele enfeixe em suas mãos maior poder do que já conquistou até aqui neste País. Muito pelo contrário. É até irônico observar que muitas das pessoas que verberando contra uma frase mal publicada que falava numa hipoteca hecatombe que destruiria o nordeste não demonstram, no dia a dia, nenhuma preocupação com a verdadeira tragédia, que sem o impacto talvez de uma explosão nuclear, vai corroendo o nordeste por dentro- refiro-me à tragédia da fome, da subnutrição, da miséria absoluta. São pessoas- insisto - que tem atitudes

diante desses dramas brasileiros de uma indiferença tão cruel que são mesmo capazes de imaginar que a Rede Globo ainda vai resolver todos os graves problemas do País:

Só a má fé ou a desinformação - caso compreensível - pode ter levado muita gente a deixar de perceber que o Secretário estava falando a favor do Nordeste; estava falando contra aquele tipo de gente que tem interesses, principalmente no Sul, em manter esses enormes bolsões de pobreza no País, visando simplesmente a locupletação. Os jornalistas paranaenses aqui presentes gostariam de ver esse episódio definitivamente encerrado.

Gostaria de ver o Secretário da Agricultura do Estado, aliás, diga-se de passagem, o melhor Secretário deste Governo - continuar trabalhando em paz. Afinal, sua constante preocupação com os pequenos produtores rurais - uma preocupação que é nova na Secretaria da Agricultura do Paraná, uma preocupação - insisto - que nasceu com Claus Germer e neste governo - é uma clara demonstração do que ele realmente pensa da chamada solidariedade nacional."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, em Paranaguá, nas várias solenidades de comemoração do cinquentenário do Porto de Paranaguá, houve uma sessão solene na Câmara Municipal em homenagem ao nosso Porto.

E, nessa sessão solene, dentre outros, estava presente o Secretário dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz que, num discurso corajoso, aquele Deputado Secretário, que é um "brigador", num discurso eloquente, num discurso paranista muito aplaudido, o Deputado Secretário Deni Schwartz, fez algumas críticas muito bem aceitas pela população de Paranaguá, ao criticar o Governo Federal, em relação à composição ministerial e ao que sobrou ao nosso Estado, Estado do Paraná.

A displicência com que estamos tratados pelo Governo Federal, nós, inequivocamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos sendo preteridos.

Aquele Deputado, Secretário, que tem se revelado em defensor intransigente das causas paranistas, exibiu o "Jornal do Brasil", edição de ontem, quando jocosamente anunciava aquele jornal que a primeira substituição que seria feita no Ministério Tancredo Neves seria no Ministério dos Transportes, substituindo o indicado que é o paranaense Affonso Alves de Camargo Neto, com quem eu não tenho ligações de amizade, a política fez com que nós nos deistanciássemos, no entanto eu não defendo Affonso, defendo o Paraná. Se for preciso, muito embora não prive da sua amizade, vou às últimas consequências em defesa do meu Estado, que tem dado o máximo e nada tem recebido.

O Governo de Tancredo Neves, um governo claudicante, um governo por excelência vacilante, um governo que anunciou há dez dias atrás medidas de impacto. Pasmem, Senhores Deputados, medidas de impacto para Tancredo Neves o que é que é? Extinção das mordomias. Outra que ele anuncia, a supressão de gastos supérfluos como o IBC, que gastou seis bilhões de cruzeiros para promover-se.

Medidas de impacto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, são medidas que atinjam a população carente, são medidas que atinjam a classe sofrida, que criem impacto junto ao povo humilde de nosso País, mas nunca essas que ele analisou e está anunciando por aí. Então este Governo, pela falta de orientação, porque ele é perito em ascender uma vela a Deus e outra ao Diabo; gosto muito de dar uma no crave e outra na ferradura. Porque dizia ele há dez dias passados, uma semana atrás, que a Frente Liberal tem razão de queixar-se por querer mais Ministérios. Tem toda razão a Frente Liberal, pode pedir! Que é justa a pretensão deles, em seguida ele dizia, mas ela já está atendida, tem funções e cargos importantes, portanto eu nada posso fazer. Ora, é preciso que seja mais objetivo, mais claro, mais preciso, e não queira fazer política à moda mineira, que tem razão de um lado e de outro não tem, dá com a esquerda e tira com a direita. Isto nos causa uma decepção profunda, além do que tem causado ao Paraná. Portanto, vim a esta tribuna para aplaudir o discurso corajoso de Deni Lineu Schwartz. Um paranaense denodado, um paranaense corajoso, bravo por excelência, a esse Secretário Deni Schwartz, o meu grande reconhecimento pelo muito que tem feito por esse Estado, e pela coragem que tem demonstrado na defesa intransigente dos nossos problemas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Ervin Bonkoski. Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nossa intervenção nesta tarde se prende a uma análise rápida da situação vivida hoje no Paraná por centenas de famílias de bancários das instituições Sulbrasileiro e Habitasul, assunto que, em oportunidades anteriores, nesta Casa já foi abordado, mas que pela morosidade da decisão na incorporação desses funcionários ao quadro do BANESTADO e do BAMERINDUS, vem trazendo, reforçando a angústia e a ansiedade dessas famílias. São cerca de quatrocentos bancários de ambas as instituições, que hoje aguardam a deliberação do Banco Nacional de Habitação e somente desta instituição é que depende a solução da sua situação.

Da parte do BANESTADO, todas as providências necessárias, a que os funcionários das instituições Sulbrasileiro e Habitasul venham a ter regularizadas a sua situação funcional, conforme, inclusive, determinação do Banco Central, quando do episódio da intervenção nessas duas instituições financeiras.

No entanto, após passados dias e semanas da intervenção, infelizmente ainda não há liberação por parte do BNH, para que o BANESTADO efetive a incorporação desses bancários.

Nós, nesta tarde, estamos propondo aos integrantes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um expediente ao Presidente do BNH, no sentido de que, se dê urgência, caráter de urgência à deliberação, que, segundo informações, está já na fase final e propriamente na mesa da Presidência do BNH. Acreditamos que as centenas de famílias do Paraná e as milhares, especialmente do Brasil todo, especialmente aqui no Sul do País, com mais ênfase, no Estado do Rio Grande do Sul, merecem a atenção, pelo menos essa, do governo que se encerra dentro de poucas horas.

Era essa a nossa intervenção, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esperando que, a pronta decisão do BNH venha a efetivar, na prática, a aspiração que todos os bancários de Habitasul e Sulbrasileiro, não só do Paraná, mas do resto do País, anseiam já há algumas semanas.

Aproveitando o tempo, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nós só registramos uma solicitação, e que contamos com apoio dos demais integrantes da Assembléia, na aprovação do requerimento dirigido ao Secretário de Administração do Estado, no sentido de que se dê prioridade à liberação de recursos previstos, já orçados, para a reforma do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, localizado no Município de Londrina.

Ainda nesta semana passada, recursos volumosos foram liberados a 101 Municípios do Estado, para utilização nas reformas de escolas estaduais, como primeira etapa de prioridade.

No entanto, a não inclusão da Escola Estadual Marcelino Champagnat no Município de Londrina, não corresponde à realidade existente naquela escola, que a conhecemos de perto, e sabemos da importância que inclusive do ponto de vista da segurança a alunos e professores, se tem pois há anos, esta escola em particular foi abandonada, no que diz respeito a sua manutenção. É só no sentido de conferir, que se confira prioridade, a liberação dos recursos já orçados e previstos para a reforma desta escola, importante escola: 2ª escola mais importante, do Município de Londrina.

Era só. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebemos a visita de uma Comissão que representa a Federação dos Condutores Autônomos de Veículos, Senhor Presidente, e que está a nos procurar, no sentido de obter apoio para que, juntos, possamos protestar publicamente contra as irregularidades das balanças de pesagens de caminhões, que estão desreguladas, e pelo tratamento dispensado aos transportadores autônomos pelos funcionários das referidas balanças. Essas balanças, Senhor Presidente, instaladas no eixo da BR - 277.

E contestam também, o critério usado para aferir o peso dos veículos de cargas, que é considerado o peso por eixo e não como a classe deseja e quer, que seria o "peso total" do veículo.

Os condutores autônomos são uma das categorias que mais tem sofrido com a política adotada nos últimos anos pelo Governo no transporte rodoviário de cargas, estando a classe à beira do colapso, pois ninguém consegue mais renovar o seu veículo em função dos baixos fretes pagos aos carreteiros e ao desrespeito à tabela de fretes da Federação. E agora especialmente na época de se transportar os cereais para a exportação, vem o DNER com suas obsoletas e injustas balanças, gerar uma verdadeira indústria de multas onde se apropriará de alguns bilhões de cruzeiros à custa do trabalho sofrido do caminhoneiro.

Providências são exigidas das autoridades constituídas e nós, ocupando esta tribuna, queremos conclamar os transportadores autônomos a continuar a luta pelos seus direitos em todos os cantos do Paraná, para que desmandos dessa natureza não se repitam.

Esperamos que com a nova República, com novos homens públicos, e por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, na tarde de hoje estamos dando entrada a um requerimento em que solicitamos providências ao Governo que toma posse na nova sexta-feira, mais propriamente ao Ministro dos Transportes e ao futuro diretor do DNER. Estamos certos de que é uma classe que socialmente presta um grande serviço à coletividade no transporte das mercadorias, no transporte dos alimentos e no transporte das cargas e que por isso mesmo vem sofrendo angustiada as pressões dos mais diversos tipos que vem estrangulando os seus legítimos interesses. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrando o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu estava inscrito, faltavam dois Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Deputado Gabriel Manoel, respondendo a sua questão de ordem, falaram seis Senhores Deputados no Pequeno Expediente. Apenas o Deputado Ervin Bonkoski não usou da palavra. Usaram da palavra os Deputados Tadeu França, Antônio Belinati, Paulo Furiatti, Nelson Buffara, Márcio Almeida e Edgard Pimentel. Deixou de falar o Senhor Deputado Ervin Bonkoski. Cinco minutos vezes seis, trinta minutos que é o horário reservado ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Em diferentes setores, o Paraná deixou de receber, ao longo dos últimos anos, da parte do Governo Federal, atenção correspondente à sua participação na economia do País.

Exemplo disso é o pouco que se realizou aqui em termos de transportes. Tanto o setor rodoviário, como o ferroviário ressentem-se desse descaso, conforme atesta a precariedade das condições em que se encontram as nossas estradas.

Outro exemplo é o trecho Ponta Grossa - Spréa que está quase que totalmente abandonado. O acostamento desapareceu por completo, dando lugar a um matagal que coloca em risco a vida de todos os motoristas que utilizam esse importante trecho rodoviário no Paraná.

Mas, se nesse campo, a situação é reconhecidamente de penúria, que dizer da educação em nosso meio? Mesmo dando ao Brasil, nada menos que três Ministros da Educação nos últimos vinte anos, o Paraná praticamente nada recebeu em troca, marcando a presença efetiva e concreta da União no campo educacional.

— No ensino superior, excluída nossa tradicional e já centenária Universidade Federal do Paraná, nada mais logramos conseguir. Nem mesmo a federalização das Universidades Estaduais de Londrina, Ponta Grossa e Maringá, reclamada com vigor nos últimos anos. Fato, aliás, que encaramos como verdadeira injustiça, dada a existência em praticamente todas as demais Unidades da Federação, de cursos, escolas e universidades inteiramente mantidas pelo Governo da União.

Mas, a discriminação não pára aí, fazendo-se sentir também na total ausência do Governo Federal na estrutura do ensino agrícola, em nosso Estado.

É o que pretendemos demonstrar, por considerar injusta tal situação para com um Estado vanguardeiro na produção agrícola nacional. Estado que, em contrapartida, quase nada tem recebido pela imensa contribuição que dá ao abastecimento do País, em alimentos, assim como à exportação de grãos.

Acentua-se, para ilustrar, que a União mantém trinta e três escolas agrotécnicas em diferentes pontos do Brasil. Nenhuma delas, porém, no Paraná!

Aqui temos, apenas e tão somente, dez escolas Agrícolas, mantidas pelo Estado, através da Secretaria de Estado da Educação. Entre elas, a Escola Florestal de Irati.

Tais escolas que, no ano de 1984, abrigavam um mil, seiscentos e setenta e quatro (1.674) alunos, de maneira alguma conseguem dar atendimento à real demanda.

Com efeito, Estado essencialmente agrícola, por vocação e por formação, o Paraná não tem conseguido proporcionar aos filhos de agricultores um ensino adequado, tecnicamente voltado para as necessidades do campo.

Melhor que simples palavras, Senhor Presidente, os números evidenciam a triste realidade do nosso ensino agrícola: para o total de um milhão, trinta e quatro mil, trezentos e setenta e sete (1.034.377) estudantes de 1.º e 2.º graus, em nosso Estado, apenas um mil seiscentos e setenta e quatro (1.674) puderam frequentar o ensino técnico agrícola, no último ano letivo!

Não fôra por demais simplista e, por certo, poderíamos classificar como vergonhosa tal situação.

Na verdade, Senhores Deputados, o ensino agrícola tem por objetivo primordial proporcionar aos jovens adequada formação técnica, para que possam atuar como agentes de mudanças no meio rural. Preparando-se convenientemente, estarão eles se capacitando para a vivência das atividades agropecuárias, seja no processo direto de produção, seja na difusão da tecnologia junto aos agricultores e suas famílias, nas áreas de cooperativismo, crédito rural, agroindústria, extensão rural e tantos outros.

Enfim, só o ensino técnico-agrícola será capaz de proporcionar ao homem do campo, meios de transformação da mentalidade ultrapassada e retrógrada, infelizmente ainda predominante em nosso meio rural. Isto é, somente com o ensino agrícola será possível apressar o passo, levando ao homem do campo os conhecimentos e os avanços da técnica, libertando a agricultura brasileira do empirismo e do deus-dará, que nos deixa um século atrás dos países desenvolvidos, no tocante às mais revolucionárias técnicas de produção.

Ao jovem técnico-agrícola que retorna ao meio rural com os novos conhecimentos adquiridos na escola, reserva-se papel de extrema importância no contexto de nossa sofrida e castigada agricultura.

Efetivamente, essa educação técnica, embora insuficiente por si só, para promover o desenvolvimento rural, é condição absolutamente necessária à modernização do campo. Tal desenvolvimento presuppõe o aumento da produção e da produtividade agrícola, o que, por sua vez, vai gerar novas oportunidades de emprego e melhoria das condições de saúde e bem-estar social do agricultor.

Tudo isso, contribuindo para evitar o êxodo rural e suas desastrosas consequências.

Senhor Presidente.

Como já assinalai, temos, atualmente, em nosso Estado, dez estabelecimentos de ensino agrícola, mantidos pela Secretaria da Educação. Proporcionam essas escolas habilitação técnica em Agropecuária e Desenvolvimento Florestal, funcionando em regime de internato, na modalidade escola-fazenda. Na mesma linha, existe, ainda, o Instituto Cristão Agrícola, modelar unidade de ensino, mantido pela Igreja Presbiteriana do Brasil, no Município de Castro, além de trinta e quatro (34) escolas da rede regular de ensino estadual, que oferecem, em seus currículos, habilitação básica em agropecuária, e uma (1), habilitação técnica em piscicultura.

Em número de dez (10), como já se frisou, os Colégios Agrícolas possuem área de um mil, quatrocentos e dezenove (1.419) hectares, dos quais sessenta por cento (60%) são explorados com projetos didático econômicos, formando anualmente, em média, quatrocentos e sessenta (460) técnicos agropecuários e quarenta (40) técnicos florestais, de nível médio.

Tais escolas, administradas pelo Departamento de 2.º Grau da Secretaria de Educação, são as seguintes:

- Colégio Agrícola “Augusto Ribas”, de Ponta Grossa;
- Colégio Agrícola “Arlindo Ribeiro”, de Guarapuava;
- Colégio Agrícola “Lysímaco Ferreira da Costa”, de Rio Negro;

- Colégio Agrícola "Manoel Ribas", de Apucarana;
- Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", de Palmeira;
- Colégio Agrícola "Assis Brasil", de Clevelândia;
- Colégio Agrícola "Manoel Moreira Pena", de Foz do Iguaçu;
- Colégio Agrícola "Olegário Macedo", de Castro;
- Colégio Agrícola "Fernando Costa" de Santa Mariana; e
- Colégio Florestal "Presidente Costa e Silva", de Irati.

Esse, Senhores Deputados, é o quadro representativo do ensino agrícola, em nosso Estado, relativamente à formação de nível médio.

Um quadro, sem dúvida, pobre, ainda que, por injustiça, se deva ressaltar o grande serviço prestado pelas escolas existentes. Serviço, todavia, limitado pela escassez de recursos e pela decorrente falta de condições materiais para sua ampliação e adequação às exigências da coletividade paranaense.

Frise-se mais: que muitas regiões do Estado não contam com nenhuma escola agrícola. É o caso, para citar apenas dois exemplos, do Norte Pioneiro e do Noroeste — regiões em que predomina a exploração de propriedade em regime familiar de minifúndios. Nessas áreas, os filhos de agricultores não têm como adquirir os conhecimentos indispensáveis à melhoria de suas atividades no campo. E mesmo que o consigam, terão que se deslocar para áreas distantes, de formação e costumes inteiramente diversos do seu meio, da sua realidade.

Assim, é ilógico e revoltante que jovens oriundos de municípios como Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Joaquim Távora, Quatiguá, São José da Boa Vista, Sant'Ana do Itararé, Salto do Itararé, Tomazina, Pinhalão, Japira, Ibaiti e Jaboti, no Norte Velho, Cruzeiro do Oeste e Umuarama, entre outras no Noroeste, tenham que se deslocar para estudar em Ponta Grossa, Palmeira ou mesmo Castro, onde o regime de exploração da terra é inteiramente diversos, eis que marcado pela grande extensão das propriedades.

Uma incoerência, está visto!

Resta saber, pois, senhores Deputados, como corrigir tão grave distorção. Resta saber como sair desse impasse, de forma a alcançar, a curto prazo, a ampliação do número de vagas, além de melhores condições do ensino agrícola prestado aos filhos dos agricultores paranaenses.

Bem a propósito, é de salientar que embora a educação técnica profissional deva fazer parte integrante de um sistema global de ensino, não dispõe a Secretaria da Educação, na atual conjuntura, de condições para ampliar as escolas agrícolas de nosso Estado. A bem da verdade, nem mesmo dispõe de recursos compatíveis para atender, convenientemente, à rede existente. Recursos que se tornam ainda mais escassos, face os cortes ou reduções orçamentárias, que deixam entrever, para o presente exercício, dificuldades ainda maiores que aquelas enfrentadas em 1984.

Isto significa dizer que em nosso Estado, o ensino agrícola está condenado a se tornar cada vez mais deficiente e divorciado de nossa realidade.

Assim, diante de tal situação, aliada à constante indefinição da política governamental para o setor, bem como à fragilidade dos órgãos por ele responsáveis, não vemos outro caminho, senão recorrer à União, para reclamar sua presença no Paraná.

Já frisamos que existem no País nada menos que trinta e três escolas agrotécnicas federais. Todas, subordinadas à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Ministério da Educação e Cultura.

Ora, por que haverá de ficar o Paraná excluído desse sistema? Por que não integrá-lo de vez à rede de escolas-fazenda federais, se somos um Estado essencialmente agrícola e, sobretudo, um estado que tanto tem dado ao País?

Por direito, o Paraná faz jus a essa integração. E a reivindica com ênfase, mormente agora em que, com a plena restauração democrática, abrem-se os horizontes da Pátria, há tantos anos turbados pela centralização e pela ação nefasta da tecno-burocracia, responsáveis — ambas — por tantos desvios e injustiças.

O Brasil, repetimos, deve muito ao Paraná. Nossa produção agrícola tem sido um dos sustentáculos da Nação. Nossas terras têm sido invadidas e inundadas indiscriminadamente para que se possa gerar energia elétrica consumida por outros Estados.

Se o Brasil deve muito aos paranaenses, o Presidente Tancredo Neves também recebeu da terra das Araucárias um decisivo apoio político para que pudesse alcançar a Presidência da República.

Agora, é hora de se começar a cobrar o que nos é devido.

Exatamente por essa razão, entendemos ser oportuno levantar o problema e, especialmente, fazer chegar às autoridades federais nosso grito de inconformismo diante do alijamento do Paraná, num setor de tamanha importância e de tantas repercussões.

Em verdade, o técnico-agrícola é um profissional necessário ao desenvolvimento nacional, pois, contribui de maneira decisiva para a modernização da agricultura, quer atuando em sua propriedade, quer trabalhando em organismos oficiais de extensão rural, assistência técnica, pesquisas, fomento, crédito agrícola, cooperativismo, sindicato, reflorestamento, indústrias ou empresas comerciais ligadas ao setor agropecuário. Em qualquer desses campos, ele empresta inestimável contribuição ao desenvolvimento da agricultura, que é um dos pilares de sustentação da economia brasileira.

Daí, nosso empenho no sentido de sensibilizar o Governo Federal, a fim de que, doravante, nosso Estado também passe a fazer parte da rede de escolas agrotécnicas ou escolas-fazendas —, mantidas pela União.

Afinal, o Paraná já deu muito e precisa receber um pouco.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos plena convicção de que o ensino técnico agrícola, além de proporcionar o desenvolvimento racional da agricultura, caracteriza-se, ainda, como elemento da maior importância no processo de fixação do homem no campo, possibilitando aos jovens aprimorar seus conhecimentos e desenvolver técnicas novas, o ensino agrícola tem o grande mérito de não retirar o filho do agricultor do contacto e da convivência com o seu meio. Vale dizer: não o desvio da terra, livrando da sedução do meio urbano, ou de a falta de

oportunidades fatalmente o levaria à desilusão, quando não a insondáveis desvios de conduta.

Assim posta a questão, enfatizamos nosso inconformismo com as injustiças de que tem sido vítima o Paraná. Injustiças que devem ficar como coisa do passado, a serem definitivamente esquecidas e sepultadas, tanto quanto este.

Desse passo e em defesa do ensino técnico agrícola, faremos chegar à Mesa, na próxima semana, para oportuno encaminhamento ao Governo Federal, mais particularmente ao Ministério da Educação, com cópias à bancada do Paraná no Congresso Nacional, e ao Governador do Estado do Paraná, requerimento objetivando sensibilizar as autoridades da União para a urgente inclusão do Paraná na rede de escolas agrotécnicas federais.

E isto, não como favor, mas como medida de direito e de justiça!"

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me concede um aparte, Senhor Deputado?

(Assentimento).

Nobre Deputado Edmar Luiz Costa, eu, quero parabenizá-lo pela brilhante oportunidade em que vem dar conta de um assunto da mais alta importância.

No início do seu pronunciamento nós tivemos a oportunidade de observar que Vossa Excelência dizia que o Paraná teve três Ministros da Educação e, lamentavelmente, nós não tivemos nenhuma unidade de 3.º Grau federalizada durante as gestões dos três Ministros. Em contrapartida, nobre Deputado, o Estado de Minas Gerais têm dezessete unidades federalizadas de ensino de 3.º grau.

O Estado do Rio Grande do Sul, quando foi Ministro da Educação, Tarso Dutra, na oportunidade, ele federalizou quase todas as unidades de 3.º grau do Rio Grande do Sul.

Então, está estampado o quadro, a realidade do esquecimento do Paraná, e às vezes a gente vê a Oposição no Estado do Paraná criticando a não maior participação de paranaenses no primeiro escalão do futuro Governo de Tancredo Neves. Mas o que mais dói, o que mais machuca os paranaenses é o fato de termos tido Ministros paranaenses participando numa das Pastas mais importantes, que é a Pasta da Educação; e em contrapartida, nós não obtivemos nada, absolutamente nada.

Então, às vezes é preferível não ter paranaenses em Pasta importante do que tê-los e não receber nada em troca.

Noutra parte de vosso pronunciamento, Vossa Excelência traz ao vivo a necessidade de escolas agrícolas neste Paraná e cita a nossa região, a região que militamos politicamente que é Norte Pioneiro do Estado do Paraná, uma das regiões mais produtivas do Estado, e, lamentavelmente, a única escola Agrícola que existia naquela região, a Escola Rural de Santo Antônio da Platina foi fechada por falta de condições de continuar funcionando, condições essas que não foram dadas pelos Governos anteriores.

Nós estamos tentando já há muito tempo a reabertura da Escola Rural de Santo Antônio da Platina para que os estudantes, do Norte Pioneiro, os filhos dos pequenos e médios agricultores do Norte Pioneiro tenham oportunidades de ter um ensino agrícola e poder participar efetivamente do progresso daquela região.

Entretanto, Vossa Excelência tem conhecimento profundo de que o Estado do Paraná não recebe e não recebeu nada do Governo Federal para expansão do nosso ensino de 1.º e 2.º grau. E muito pouco recebeu na área do 3.º grau, que deveria ser responsabilidade exclusiva do Governo Federal. Portanto, quero parabenizá-lo pelo importante pronunciamento desta tarde.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Vejo Vossa Excelência lutando por uma causa justa.

Vossa Excelência é um dos dinâmicos representantes de uma região sofrida. O que me causa espécie é o Líder Tadeu Lúcio Machado vir apartear Vossa Excelência e se queixar da Escola Rural de Santo Antônio da Platina. Sabe bem Vossa Excelência e sabe bem, nobre Deputado, que eles têm dois anos de Governo. E está começando a exaurir a caneta do Governador. É a Nova República que surge no dia 15, com os claudicantes que não querem nada mais do que trocar emprego. E como dizia eu, que não quero me alongar, "o que mudou foi o rótulo, a cachaça é a mesma".

Veja Vossa Excelência a força do homem que ia transformar o Paraná, que é o ilustre Governador José Richa, deixar a Bancada do PMDB pasmada, não conseguiu nenhum Ministério para o Estado; faltou força, faltou coesão, faltou o bloco monolítico paranaense que manda no Governo para ir a Tancredo Neves para dizer; "Não Senhor, nós protestamos". Mas, o Governador foi e voltou com o "rabinho entre as pernas". Admire o Governador José Richa. Mas, desta vez ele "piçou". Cinco Ministérios para Minas Gerais, quatro para São Paulo. A Bahia ficou não sei com quantos. De norte a sul, de leste a oeste. O maior Estado que contribui para a riqueza do Brasil e quicá do mundo é o Paraná e só tem um Ministério por aconchavo direto.

Quero perguntar a Vossa Excelência onde está a mudança: "Ou vota no Richa, ou fica como está"?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Mas falemos de escolas agrícolas. Seria uma satisfação debater com o nobre Deputado...

O Sr. Gabriel Manoel — Mas, é da agricultura que estou falando.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Se Vossa Excelência escutou o discurso, Vossa Excelência percebeu que abordei alguns aspectos desta natureza.

O Sr. Gabriel Manoel — Se Vossa Excelência me dá o aparte, cancelo o meu modesto pronunciamento, porque a verdade dói.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado, infelizmente, neste País de militares, neste País de organizações militares no comando do destino desta Nação, a ênfase é educação tem sido relegada a 1/10 plano.

Infelizmente, os homens que empalmam os destinos

deste País, nos últimos vinte anos não despertaram para a realidade da educação.

Uma nação se constrói com homens educados.

O ensino técnico-agrícola no Paraná e no Brasil, assim como, o ensino profissionalizante de uma maneira geral, é ao nosso modo de ver um dos caminhos de transformação nos destinos da Pátria brasileira.

Na hora em que deixarmos o ensino acadêmico, exclusivamente cultural para realmente profissionalizarmos a juventude paranaense brasileira formando o jovem para um trabalho objetivo de construção da grandeza paranaense e nacional nós estaremos saindo do "oba-oba" educacional.

Nós estaremos rompendo, inclusive as amarras que nos ligam às cópias dos modelos americanos.

Infelizmente, o Paraná deu ao Brasil dois péssimos Ministros da Educação, é bom que se frise, um deles era General; General Ney Aminthas de Barros Braga, que nada fez pelo Paraná; que nada fez pela educação do Brasil.

Outro foi autor do famigerado Decreto nº 477 que amordaçou, que sacrificou a classe estudantil brasileira, o Senhor Flávio Suplicy de Lacerda, de triste memória para a educação brasileira.

Infelizmente, a contribuição do Paraná, nobre Deputado Edmar Luiz Costa, é de maior tristeza possível para todos nós. Infelizmente, também hoje, nobre Deputado, não vejo com bons olhos o futuro Ministro da Educação do Brasil, porque, também é um homem dissociado dos destinos educacionais, da didática e da pedagogia nacional. E esta Nação após o acordo MEC - USAID, ilustre Deputado tem trilhado o caminho da maior tristeza, fazendo com que a juventude seja dispersada sem poder se unir, porque os currículos na Universidade e nas escolas é exatamente para dividir a juventude brasileira

Mas, Vossa Excelência falava da Escola Técnico-Agrícola, da qual eu sou autor de um projeto de criação de uma escola técnico-agrícola, para a Região Noroeste do Paraná, felizmente aprovada por esta Casa, mas vetada pelo Governador José Richa e em contato pessoal ele dizia-me da falta de recursos estaduais, para a implantação de uma escola técnico-agrícola, mais precisamente no Município de Paranavai e eu, com muita honra, represento também nesta Casa.

Para concluir, eu desejo solidarizar-me com o seu pronunciamento da maior importância neste princípio de mudança institucional e governamental, neste País, quando nós entendemos que através do ensino profissionalizante e o Paraná precisa, não só dinamizar, como ampliar, como implantar também, novas escolas técnicos-agrícolas no Paraná e escolas profissionalizantes.

Eu espero que o seu discurso vá além, corra os trâmites governamentais do nosso Estado e vá também aos trâmites governamentais da Presidência da República, para que o Paraná, que foi esquecido ou foi traído, nesta Nova República, tenha pelo menos no setor educacional que eu reputo da maior importância e da maior seriedade, tenha os olhos governamentais do futuro Ministro da Educação do País, voltado para o problema educacional do Brasil e, principalmente, do nosso Estado do Paraná.

Meus parabéns pelo seu belíssimo e oportuno pronunciamento, ilustre Senhor Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Agradeço imensamente a colaboração de Vossa Excelência.

Nós estamos, realmente, no limiar de uma Nova República e eu quero recordar, junto aos meus companheiros de bancada, quando de uma reunião com o Presidente eleito Tancredo Neves, na sede do nosso Partido, aqui no Paraná, eu fazia apenas um apelo a ele.

Dizia que nós não fazíamos exigências, mas que o Paraná queria provar que possui homens com capacidade para dirigir os mais altos cargos desta Nação.

Continuamos esperando que o Sr. Tancredo Neves tenha ouvido a reclamação de nossa bancada e esperamos que o Governo da Nova República olhe o Paraná, não apenas como um enteado, mas um Estado que produz e tem carregado e levado elementos para todos os brasileiros, em todos os rincões de nossa Nação.

O Sr. Edgard Pimentel — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, Vossa Excelência traz à esta Casa hoje, um assunto, particularmente para minha pessoa, de grande relevância. É com honra que eu sempre ostentei o título de Técnico em Agricultura. E, sabidamente, ao longo dos vinte e três anos, servindo a Agricultura no Oeste do Paraná nós temos a exata dimensão da contribuição que esses profissionais emprestaram ao desenvolvimento da agricultura, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro. E recentemente, em Florianópolis, participávamos de um encontro que reunia mais de mil técnicos agrícolas que, ali estavam no sentido de celebrarem condignamente o reconhecimento por parte do Governo Federal, da classe.

De sorte que, se nós pudéssemos sensibilizar o Governo para que escolas de nível médio, nas áreas da agricultura e da pecuária, pudessem ser espalhadas, não só pelo Paraná, mas pelo Brasil, para que essas escolas acolhessem, fossem povoadas por filhos de agricultores, certamente daríamos, nobre Deputado, a certeza da fixação do homem ao campo; porque hoje, mais do que ontem, sentimos que o técnico-agrícola, o homem de curso médio, serve como elo de ligação aos engenheiros agrônomos, na propagação de novas técnicas para que a agricultura possa ser cada vez mais modernizada.

Agora que eu louvo, saúdo o pronunciamento de Vossa Excelência, oportuno, e devo ressaltar que estarei ao seu lado, nesta luta, porque diz muito perto do interesse que tenho como profissional da nobre classe dos técnicos-agrícolas.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Agradeço a Vossa

Excelência, e acredito que esta luta não será apenas de um Deputado ou dos Deputados de um Partido. Será a luta desta Assembléia e a luta de todos os Deputados paranaenses.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Eu quero agradecer e congratular-me com o pronunciamento que Vossa Excelência faz, traz um tema de suma importância para o Brasil. Mas, quero fazer um reparo, nobre Deputado, em alguns apartes que

Vossa Excelência recebeu.

Temos que fazer justiça, e é costume em nosso Estado do Paraná, querer liquidar com as lideranças nossas que vão para a área federal. O ex-Ministro, prestou relevantes serviços ao Paraná. No Governo Canet, sabemos que foi o que mais construiu salas de aula, e não foi com recursos do Paraná, foi com recursos vindos da área federal. A Escola Técnica Agrícola do Paraná, sabemos como foi ampliada e os recursos que foram criados. O Centro Politécnico de Curitiba, sabemos o que foi feito. Agora nós cobramos e reclamamos a falta da federalização das três universidades, é o que faltou. Mas, dizer que não houve ajuda ao Paraná, estamos cometendo uma injustiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sr. Deputado, esta Mesa lamenta mas informa a Vossa Excelência que seu horário está esgotado e lhe concede mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Muito obrigado.

Eu espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na próximas sessões, continuar tratando desse assunto e colher a colaboração de todos os colegas, para que possamos desta vez, pressionar verdadeiramente o Governo Federal, para que ele invista no Paraná nas Escolas Técnicas Agrícolas, porque o Paraná, como o maior produtor agrícola do Brasil, não pode ficar na situação em que está. Existem 33 escolas agrícolas federais, espalhadas em todo o território federal, e nenhuma, no Estado do Paraná. Há necessidade de revertermos esta posição”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Concedo a palavra, no Horário da Liderança, ao Deputado Márcio Almeida, por quinze minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É chegado, finalmente, o momento de um pacto político e social que reforce e alargue os direitos democráticos, garantindo a mais ampla organização e participação dos trabalhadores na luta pelas mudanças que correspondam aos seus interesses. É necessário defender e estimular a intervenção organizada do povo, rejeitando as tentações de solução “por cima”, excludentes dos trabalhadores.

Não se admitem, igualmente, as propostas que penalizem ou exijam mais sacrifícios dos assalariados. Ao contrário, a possibilidade de êxito do pacto político-social proposto reside, justamente, na confiança que os trabalhadores possam depositar na satisfação de sua reivindicações.

Também está colocada dentre os critérios necessários para, de fato, configurar mudança político-econômico-social nessa nova República, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Entendemos que ela deve ser eleita em 1986, a fim de que se possibilite a completa remoção de todos os setores da vida nacional, do entulho autoritário que nos lega o regime que agora se afasta. Deve ser livre, democrática e soberana, precedida, portanto, de amplo debate e mobilização nacional, e de completa liberdade

de organização, principalmente político-partidária.

Esta, a organização político-partidária ampla e liberta de todas as amarras é, a propósito, a questão que está em debate, hoje, no Congresso Nacional. Já se encontra na Ordem do Dia, em tramitação, assinada por 401 deputados e 49 Senadores — mais 2/3 de seus componentes, portanto, a Emenda Roberto Freire que altera o artigo 152 da Constituição Federal, tornando livre a organização de partidos políticos. O texto da íntegra da emenda é o seguinte: “Dá nova redação ao artigo 152, que trata da Organização e Funcionamento dos Partidos Políticos revogando-se seus parágrafos e incisos.

Artigo 152 — É livre a criação de partidos políticos, respeitado o regime democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais do homem. Parágrafo único. É assegurado aos cidadãos o direito de associar-se, livremente, em partidos políticos”.

A Nação, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em peso, manifesta-se pela sua aprovação. Ainda, antes de ontem, na Câmara Municipal de São Paulo, todos os presidentes dos Legislativos das Capitais firmaram moção de apoio à Emenda Roberto Freire.

De nossa parte, estamos encaminhando, nesta tarde, à Mesa desta Assembléia, requerimento assinado pela maioria de Deputados desta Casa, no mesmo sentido: moção de apoio à Emenda Roberto Freire, imposição democrática que é do espírito que deve nortear a nova era política que nasce no Brasil, cuja íntegra de moção é a seguinte:

“Inaugurado aquele que todos hoje anseiam seja efetivamente a Nova República, coloca-se concretamente para a sociedade brasileira a questão da redemocratização e institucionalização do País. Esse é um processo político que culminará com uma Assembléia Nacional Constituinte tão livre, democrática e soberana quanto pudemos conquistar.

Compreende, porém, uma primeira fase durante a qual deve ser eliminada a herança ditatorial deixada pelo regime derrotado, sem o que estará irremediavelmente viciado. Muitas são as medidas que tal primeira fase exige para ser completa e abrangente. A liberdade de organização partidária, uma das mais importantes dentre elas, já se encontra na Ordem do Dia, assinada pela maioria dos membros integrantes do Congresso Nacional.

Nós, os que assinamos a presente moção, entendemos ser esta uma questão da própria essência da democracia. É fundamental que todas as correntes do pensamento político existentes no País possam se apresentar abertamente à sociedade, e perante ela, lutar pelo que entendam correto. Cerceado que seja um único partido político, amordaçada estará a própria Democracia.

Esta a razão pela qual conclamamos o Congresso Nacional a aprovar, rapidamente e sem alterações, a Emenda Roberto Freire”.

Este é o texto da Moção, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, que nesta tarde, submetemos à apreciação e deliberação dos integrantes da Assembléia Legislativa do Estado.

Eis aí, portanto, em breves palavras, o que entendemos ser dever dos democratas, no momento em que se inaugura a Nova República. Dar, sim, um crédito

de confiança ao governo que se empossa. Mas também, procurar garantir a ele as condições de estabilidade e segurança a nível popular, político e parlamentar, que lhes possibilitem levar a cabo as medidas que, galvanizando o Brasil, abriam-lhe caminho para chegar ao Poder.

Assim estaremos em privilegiada posição de vigilância, prontos a cobrar do novo governo a coragem e disposição para implantação de tais medidas.

Afinal, a enorme esperança de mudança não pode ser frustrada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Esta Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja continuar a usar o resto do horário que lhe é destinado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Nos vinte minutos restantes, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana, pelo saldo, pelo tempo que existe, que são vinte minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

O Governo do Estado e a COPEL, na luta que mantiveram contra decisões de autoridades federais, desempenharam um sério e bem conduzido esforço como precursores da Nova República, prestes a iniciar-se, pondo fim ao autoritarismo centralizador e concentrador, que marcou, desde 1964, também no setor energético, a atuação do Governo Federal.

Há que se destacar, com especial ênfase, que a vitória conseguida com a decisão Ministerial, em favor da COPEL, contra a obstinação da subsidiária da ELETROBRÁS, constitui-se em fato inédito dentro do setor elétrico: uma concessionária estadual questionar e não se submeter a uma determinação unilateral da esfera Federal. A prática resultante das imposições de índole autoritária tornava as concessionárias de serviços públicos de energia elétrica tão dependentes, ao ponto de estimular tentativas, como a da ELETROSUL, de pretender obrigatória uma compra de energia, pela COPEL, sem amparo em qualquer contrato.

Como se sabe, a COPEL iniciou em 1983 a dependência concernente à compra de energia da subsidiária Federal. No ano anterior havia chegado a seu termo um contrato de compra de energia, com a ELETROSUL, o qual vigorara por dez anos.

Eu destaco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que desde 1973 a 1983 a COPEL foi obrigada a comprar energia da ELETROSUL, em função daquele contrato, a Empresa Paranaense vinha adquirindo energia correspondente a 373 MW de demanda mensal.

Ocorre, Senhores Deputados, que tal compra se tornou dispensável a partir da entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, em fins de 1980.

Configurada essa desnecessidade e expirado o

contrato, em 1982, a COPEL se empenhou, conforme era de seu mais justo direito, numa revisão dos valores que haviam vigorado até aquele ano. Na verdade, a Empresa Paranaense alcançara a desejável posição de auto-suficiência em termos de geração de energia elétrica.

O impasse resultou de que, conforme informou à opinião pública o Engenheiro Ary Veloso Queiroz, se a COPEL sustentava o imperativo de reduzir os valores, em relação ao contrato expirado, a ELETROSUL pretendia aumentá-los.

A estrutura centralizadora e concentradora imposta ao setor elétrico criou sérias dificuldades à COPEL, em sua legítima luta em favor de uma condição compatível com a auto-suficiência duramente obtida quanto à geração de eletricidade.

Diante do impasse, conforme as normas estabelecidas pelo Governo Federal, o assunto foi apreciado pelo GCOI-Grupo Coordenador da Operação Interligada, vinculado à ELETROBRÁS. O GCOI definiu em 160 MW de demanda a compra de energia pela COPEL, junto à subsidiária Federal.

Poder-se-ia, sem dúvida, ver nessa decisão um sentido de advocacia em causa própria, o que põe a nú uma insustentável duplicidade das funções da ELETROBRÁS, e do próprio Governo Federal, como Poder concedente, porquanto a ELETROSUL deveria ser considerada uma concessionária como as demais, sem privilégios de qualquer espécie, mas, na verdade, essa empresa, por força de seu controle acionário e de outros recursos financeiros que recebe, consiste numa extensão mesmo da ELETROBRÁS e do Governo Federal.

Notem os nobres Senhores Deputados que estamos, com este pronunciamento, demonstrando que também no setor energético a Nova República deverá assinalar-se por mudanças substanciais, consoante vem sendo o posicionamento do Governador José Richa, ao alertar contra os continuísmos indesejáveis.

Voltemos, entretanto, à pendência entre a COPEL e a ELETROSUL, da qual ora nos ocupamos e que fora objeto da antes citada decisão do GCOI, definindo em 160 MW o valor da compra de energia pela concessionária paranaense.

Eu gostaria ainda de ressaltar, nos dados de megawatts, que os 500 megawatts significa 500 mil quilowatts, e os 160, que aqui frisamos, são 160 mil quilowatts de energia que a COPEL estaria obrigada a comprar da ELETROSUL, uma intermediária, uma atravessadora, sendo que essa energia não é utilizada pela nossa concessionária paranaense.

A COPEL pleiteava um valor muito inferior, ou seja, de 300 MW, apenas a título de aluguel pelo uso de instalações da ELETROSUL, existentes em nosso Estado, com vistas à difusão da energia elétrica no sistema estadual.

Para 1984, o Ministro das Minas e Energia, apreciando recurso interposto pela COPEL, sugeriu 98,5 MW, mas a COPEL, escudada em dados e registros técnicos e estatísticos, não aceitou esse número, o que levou a uma decisão, para aquele exercício, de fixar-se em

63 MW a demanda mensal de energia a ser paga.

Quanto ao presente exercício, embora as descabidas pretensões da ELETROSUL, a COPEL considerava imperativa a revisão daquele valor, que fora aceito para 1984, com propósitos conciliadores. Verificamos, por conseguinte, que a recente decisão do Ministro das Minas e Energia representa o cabal reconhecimento de que a COPEL tinha sobradas razões para não se submeter a medidas unilaterais, desprovidas de bases contratuais, cuja inexistência caracteriza a índole autoritária vigente no setor elétrico, em consonância com o sentido geral da República em fase final de extinção.

Fixando em 42 MW de demanda a compra de energia da COPEL, junto à ELETROSUL, o Ministro das Minas e Energia não fez mais do que consagrar os propósitos da Empresa Paranaense de evitar acréscimos injustificáveis em seus custos, os quais comprometeriam o equilíbrio financeiro da COPEL, considerada a sua condição empresarial.

Em 1984, quando conseguira significativa redução do seu compromisso de compra para 63 MW, a COPEL já alcançara uma redução de despesa em relação ao que pretendia a ELETROSUL na ordem de 42 bilhões de cruzeiros. Essa redução contribui, de forma significativa, para o lucro registrado no último exercício, correspondente a 157 bilhões de cruzeiros, marca de expressão inédita na vida da COPEL.

Eu chamo a atenção, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para os dados que aqui registramos, porque temos tido no decurso dessa semana, debates sobre a atuação da COPEL no Estado do Paraná.

Agora, para o presente exercício, a Empresa Paranaense, com a decisão ministerial, irá convergir uma redução de despesa superior a 100 bilhões de cruzeiros que vazavam dos cofres do Paraná para a ELETROSUL, sem que consumíssemos 1 KW da energia que estávamos obrigados a comprar, por força da imposição centralizadora, discricionária de um regime autoritário também no plano energético nacional.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Caíto Quintana. Vossa Excelência traz um registro auspicioso para a vida econômica do Estado do Paraná. A COPEL conseguiu autorização ministerial para reduzir a compra de energia da ELETROSUL.

Vossa Excelência não desconhece o relacionamento: COPEL - ELETROSUL, antigo. A COPEL, inclusive, construiu a Usina de Salto Osório no Sudoeste do Paraná, com um milhão e quinhentos mil KWs sob delegação da ELETROSUL. Tal obra, que causou ao sudoeste do Paraná, imensos prejuízos, deu à COPEL, o "kow how" necessário para que pudesse depois construir outras obras tão necessárias no setor energético como a Usina de Foz do Areia e em razão da construção da Usina de Foz do Areia, iniciada em 1974 e concluída em 1.980. Realmente a COPEL não precisa mais comprar energia, de vez que temos a nossa própria geração de energia, suficiente para

atender à demanda paranaense.

Fez bem, portanto, a COPEL em solicitar o cancelamento da energia que comprava, via força de contrato a mais e desnecessariamente da ELETROSUL. E eu que tenho nesta Casa me preocupado com o aspecto de também energia elétrica do Paraná, me congratulo com a decisão da COPEL e com o aceite do Governo Federal a essa acertada decisão administrativa e espero que o Paraná, na Nova República que se instala, e possivelmente, sob a presidência de um paranaense, a ELETROBRÁS, o ex-Governador Ney Braga, que concluiu a construção da Usina de Foz do Areia, deu ao Paraná as condições para que o Paraná consiga usar em benefício da nossa gente, todo o rico potencial energético do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu agradeço o aparte, nobre

Deputado. Só que, na forma que Vossa Excelência coloca, dá a impressão simplesmente que a COPEL solicitou; e a ELETROBRÁS e o Ministério de Minas e Energia concederam um menor pagamento de megawatts/mês, por parte da COPEL. Foi uma luta, nobre Deputado, uma luta grande, uma luta que o próprio Governo do Estado do Paraná negou-se a continuar pagando. Não admitiu a continuidade.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Concorde com Vossa

Excelência, tanto que concordo, nobre Deputado, que pela primeira vez, uso o microfone desta Casa para me congratular com uma decisão administrativa do Governo do Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço, nobre

Deputado.

É da maior relevância assinalar que, com tais reduções de custos conseguidos pela empresa paranaense, os reais beneficiários são os seus usuários, atuais e potenciais, e também, em última análise, o próprio povo do Paraná, detentor, através do Governo do Estado, do controle acionário da COPEL.

Os resultados financeiros auspiciosos da COPEL têm destinações do mais alto interesse social, como sabemos, uma das principais linhas de reaplicação desses resultados é o Programa "Clic Urbano", que beneficia sensivelmente segmentos da população com mais baixos níveis de renda. Outra destinação consiste na eletrificação rural, porquanto, são esses mesmos resultados financeiros favoráveis que estão permitindo à COPEL mudar o sistema de financiamento das ligações do programa do Governo José Richa, reduzindo a participação financeira dos proprietários.

Eis, Senhores Deputados, porque achei indeclinável focalizar, desta tribuna, a vitória conquistada pelo Governo do Estado e pela COPEL, em sua extenuante pendência com a ELETROSUL.

Como bem assinalou o Presidente da Empresa Paranaense, Ary Queiroz, a única arma com que contava a COPEL, na sua luta, era a certeza de que defendia

uma causa justa.

Queremos, no fim deste pronunciamento, almejar que a COPEL e o Governo do Estado, continuem mantendo posição em defesa dos interesses do Paraná, contra a expropriação costumeira do Governo Federal. Porque, Senhores, no contrato de Itaipu, consta que a Binacional - Itaipu fornecerá ao Paraná 7% da energia gerada. Nós esperamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que esta destinação, unilateral, porque não houve para isso a concordância da COPEL e do Governo do Estado do Paraná. Isso que deveria ser um benefício, uma disponibilidade da energia gerada por Itaipu, não se transforme no futuro na tentativa de se obrigar a COPEL comprar 7% da energia gerada naquela usina. Porque muitas e muitas vezes, dá-se um colorido à expressão, como o próprio contrato da Binacional - Itaipu, consta. o Paraná terá 7% da energia gerada, como se isso fosse uma concessão, um direito do Paraná de adquirir. E pode, a persistir o sistema de expropriação dos Estados, querer se transformar isso, numa obrigação de compra de 7% dessa energia para engordar os cofres da Binacional - Itaipu.

Na verdade, estão de parabéns não apenas o Governo e a COPEL, como todo o povo do Paraná. Que, realmente, reitera que se encontrem condições de oferecer os subsídios de sua experiência, em mudança para a "Nova República". motivadora de imensas esperanças do povo brasileiro. Que os nossos homens, experientes, capazes, defensores do interesse público, possam prestar, no novo Governo, a colaboração para que o Brasil reencontre os seus caminhos de progresso e de justiça.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - No horário destinado à Liderança do PDS, passo a palavra, ao Deputado Gabriel Manoel. Tendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente Nelson Buffara, Senhores Deputados.

Ocupo hoje a tribuna para fazer considerações a respeito do relatório encaminhado a esta Casa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a respeito da situação do Estado do Paraná, no exercício de 1984.

São estarecedores os dados ali apresentados. Pela gravidade da situação, segundo meu modesto entendimento, é que peço vênha aos nobres Deputados, especialmente aos nobres Deputados governistas para que eu discorra sobre a análise que fiz do documento. Não se trata de uma crítica à administração estadual, ao Governo José Kalil Richa. Não. A análise que faço tem o sentido de chamar a atenção dos nobres Senhores Deputados para alguns pontos que reputo como muito graves, para chamar a atenção no sentido de que todos os nobres Senhores Deputados, com a responsabilidade do mandato parlamentar, façam também a sua análise detida, reflitam sobre os dados para que, depois, então, possamos estabelecer algumas linhas de atuação.

Esse, creio, é o papel maior do Legislativo, é a responsabilidade que assumimos para com o povo, pois que também somos governo como membros de um Poder independente com suas atribuições específicas de participar das decisões e das ações governamentais e de fiscalizar os atos da administração pública.

Como disse não se trata de uma crítica, de uma tentativa de desestabilização de qualquer setor do Governo Richa, pois jamais nos moveu esse propósito de só apontar os pontos negativos e as deficiências da administração estadual.

Tem esse pronunciamento um escopo maior: o de plasmar uma ação desse Legislativo, visando corrigir as distorções existentes no afã de estancar a visível deterioração da vida estadual em vários setores.

Essa é uma tarefa que urge e não se trata aqui também de se verificar de quem é a culpa da situação que estamos vivendo no Paraná. A análise que faço segue a seqüência dos dados apresentados no Relatório Anual de 1984, isto com o objetivo de facilitar até o acompanhamento dos nobres Senhores Deputados. As observações que passarei a fazer são sobre os quadros publicados nos apêndices estatísticos e relativos ao assim chamado campo social da atuação governamental e que são apresentados a partir da tabela 311 da Mensagem Governamental, a que Sua Excelência, o Governador José Richa está obrigando a fornecer a esta Casa no início de cada Sessão Legislativa, em razão do que dispõe o artigo 47 da Constituição Estadual.

Inicialmente causa estranheza o fato de os dados relativos ao ensino de 1.º e 2.º graus não abrangem o exercício, o ano letivo de 1984. O que está havendo com o setor de estatística do Governo? Não é admissível um Paraná moderno, um Paraná da computação eletrônica que, ao final do ano, a Secretaria de Educação ainda não saiba qual o número dos estabelecimentos existentes, e o número de matrículas registradas no início do ano letivo.

Este é o assunto que nos deve levar a pensar com seriedade. A análise do Quadro 331, ainda da Mensagem Governamental que traz a chancela de Sua Excelência o Governador José Richa, nos deve conduzir à alguma reflexão sobre o que está ocorrendo com o nosso ensino.

São dados oficiais fornecidos pelo próprio Governador e pelo Chefe do Poder Executivo. Por ali se constata que o número de estabelecimentos de ensino de 1.º grau de todas as dependências administrativas, dependências administrativas aí consideradas como ensino particular, ensino municipal, ensino estadual e ensino superior, federal, reduziu-se de 14.101 estabelecimentos de ensino, em 1979, para 12.337 em 1983. Os estabelecimentos da esfera federal e particular cresceram em número, havendo redução nos da rede estadual e municipal. E no primeiro caso, de 289 estabelecimentos, na zona urbana o que se constata é que o número de estabelecimentos aumentou de apenas 7 no exercício de 1984, comparativamente ao exercício de 1979.

Será, Senhores Parlamentares, que estes dados

refletem a exatidão do comportamento governamental durante o exercício de 1984, ou o exercício de 1983? Tenho lido e não tenho porque não crer na palavra de Sua Excelência, o Governador José Richa, que tem afirmado que construiu inúmeras salas de aula pelo Paraná afora. Tenho visto, e até em matérias pagas, que inúmeros e ilustres Parlamentares governistas acompanham Sua Excelência, a Senhora Secretária de Educação, para inaugurar novos estabelecimentos de ensino. E o que se observa, pelos dados da Mensagem Governamental é que o número de estabelecimentos de ensino oficial do Estado do Paraná tem reduzido. Será que é erro de matemática? Será que é erro aritmético? Será que é falta de fidelidade aos números? Será que o setor de estatística do Estado não está fraudando até Sua Excelência o Governador José Richa?

Estes são dados, Senhores Parlamentares, que requerem uma profunda meditação, uma investigação. Não é crítica, mas é uma investigação para se conhecer as causas da diminuição do número de nossas escolas, para o ensino fundamental que deve ser obrigatório e gratuito. Eu até se quisesse fazer uma crítica político-partidária, diria que enquanto as escolas reduzem-se no Paraná, aumenta o número de crimes contra as pessoas de; 1977 para 1984, de 18 mil para 23 mil. Enquanto se cresce o número de crimes no Paraná se diminui o número de escolas.

Mas, não é esse raciocínio que quero fazer nesta tarde.

Quero pedir a compreensão desta Casa para a importância deste assunto. Afinal de contas o Governador Richa veio a esta Assembléia por mandamento constitucional. Para fazer esclarecimentos e para trazer a esta Casa aos Senhores Parlamentares dos três partidos um quadro fiel e exato da situação.

É um apelo que faço independentemente do posicionamento político partidário ou ideológico, que todos juntos meditemos sobre isto com afincio já que este é um quadro de extrema preocupação, como também é preocupante o quadro no número.

Vejam, Senhores Parlamentares, são dados oficiais estampados no quadro n.º 312.

Em 1.979 havia 1.531.671 alunos matriculados no 1.º grau em todas as dependências administrativas.

Em 1983 o número é de 1.520.559 alunos. Ou seja, o número é menor de 11 mil alunos no Estado do Paraná.

Chamo particularmente a atenção para este quadro. Não é possível. É um completo desrespeito a este Poder e aos Senhores Parlamentares que têm a obrigação de representar o povo, de defender os seus direitos e interpretar as suas aspirações.

É como se o Governo tivesse descascando um abacaxi, mandando a mensagem de qualquer jeito para cumprir um mandamento constitucional, não importando o conteúdo, o relato fiel da situação do Estado do que realmente está ocorrendo.

Por isso, peço muita atenção para o quadro n.º 312 sobre matrículas no ensino de 1.º grau.

Só um filósofo entende aquele quadro. Não um matemático e muito menos um simples mortal que saiba apenas fazer as quatro operações.

O número de matrículas na zona urbana cresceu de 130.093, enquanto na zona rural diminuiu 141.195.

Interessante é observar que no quadro do total aumentou o número de matrículas na rede Federal, na rede Estadual, na rede municipal e na rede particular.

Como então no total geral diminuiu o número de matrículas em 11.102 se cresceram segundo os dados da própria mensagem, todas as matrículas nas escolas federais, estaduais, municipais e particulares?

Como no total geral a um decréscimo de 11 mil matrículas?

Só posso crer que se trata de um erro de conta. Mas, se o Governo não sabe fazer contas, então a situação é muito séria.

São sobre estes dados que se deve trabalhar e se eles contêm erros que vão conduzir às eleições errôneas sobre a nossa realidade. Mas, é de se crer ter havido redução no número de matrículas no 1.º grau e isto é muito sério.

Diminui pelo êxodo rural, pelo empobrecimento da Nação, seja lá porque causa for, pela incompatibilidade curricular, isto caberia a administração, dar dados para que a Assembléia procure saber para orientar a ação governamental no setor.

Se é sabido que a população se urbaniza rapidamente, como explicar então que o número de matrículas na zona urbana, nos estabelecimentos do Estado, tem apresentado um crescimento tão pequeno, de apenas quarenta mil vagas, em cinco anos, Senhores Parlamentares.

Não cabe aqui, nessa análise preliminar que faço, apresentar as causas e as consequências desse fato, o que importa é que esta Assembléia procure saber, qual a efetiva situação do ensino no Paraná, saber o que ocorre também com o ensino de 2.º grau, cuja situação apresentasse mais grave ainda, pelo quadro 315, pode-se ver que houve uma acentuada redução dos estabelecimentos, de 1979 para 1983, tendo se registrado um aumento muito pequeno no número de matrículas, de cerca de 12.000 num período de cinco anos.

Não é melhor a situação do ensino de 2.º grau, se é que se pode confiar nos dados constantes dos quadros da mensagem governamental, se eles não contêm, Senhores Parlamentares, erros de soma, erros de aritmética.

Aí os dados já incluem o ano de 1984 e chamo atenção ao fato de ter sido registrado neste ano, o menor número de inscritos ao vestibular, das três universidades Estaduais desde 1980 e de uma redução acentuada de mais de 5.000 candidatos em relação a 1983.

Preocupante também, é o dado relativo a graduação. Em 1980, nas três universidades, os graduados foram em

número de 3.409, foram diminuindo nos anos subsequentes, até chegar a tão somente 1.205 em 1984.

Deve haver alguma causa para isso, que o capítulo dedicado a educação não traz e o curioso, é que no quadro 312, o número total de matrículas nas três instituições de ensino superior, mantidas com recursos do Estado, é de apenas 29.450, enquanto que na página 62 da mensagem, do relatório governamental há referência a trinta mil alunos, 290 matrículas no ensino superior.

Assim não dá, o próprio governador se contradiz na mensagem governamental: na página 62 apresenta um número 30.290, no quadro estatístico anexo apresenta outro número, 29.000.

Antes de passar a análise aos outros campos, ao campo de saneamento, ao campo de saúde pública; eu concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel, e depois ao Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Gabriel Manoel - Eu agradeço nosso líder. O que Vossa Excelência está discorrendo, analisando um fato sério, um fato que não pertence só à nossa Bancada. Não pertence só aos deputados, mas a todo o Paraná.

Nesse instante eu quero me parabenizar com Vossa Excelência e dizer aos "louva a Deus" da Bancada Governista, que parem de bajular Secretários e verifiquem a realidade dos fatos que o Paraná está passando. Dizia eu, no começo desta sessão, que a caneta do Governador José Richa, está se exaurindo. E Vossa Excelência, neste momento, levanta uma voz em defesa do Paraná, em defesa de sua gente, em defesa do Estado e do povo estudantil.

Deputado Luiz Alberto, para rememorar: "ou vota no Richa, ou fica como está"; não ficou como estava, Deputado, piorou.

Piorou porque Vossa Excelência, com dados concretos está discorrendo a verdade verdadeira e tem nossa admiração. Não quero me alongar no meu pronunciamento. Apenas quero pensar e transmitir também a Vossa Excelência a nossa apreensão, por este Governo, que se instala no dia 15. É um amontoado de interesseiros, que vêm ao Brasil para aproveitar os cargos. Dizia o jornal, citando Lavoisier: "nada se perde, tudo se transforma". Transformaram-se, Deputado, os homens aproveitadores de 20 anos, que foram a causa do caos do País. E é uma advertência que eu faço aos "louva-a-deus", que hoje estão a bajular secretários, que se cuidem, porque o deles também vem.

Obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço o aparte.

E antes de conceder o aparte ao ilustre Deputado Odeni Mongruel, chamo a atenção para um dado, com relação à Saúde Pública. É a Mensagem do Governador que diz isso. Todos nós conhecemos o setor dramático da Saúde Pública no Paraná.

Pois bem, vamos ver qual é o retrato, eminentes parlamentares governistas. Do que foi feito, em dois anos. Pelo quadro 3.220, vê-se que foi pouco.

Nos anos de 1981 e 1982, não são dados do Governo Ney Braga; são dados do Governo José Richa. Foram construídos 88 postos e Centros de Saúde, além de 14 Centros Sociais Rurais. Estes, não aparelhados para o atendimento médico.

No biênio 83-84, foram construídos quantos postos e centros de saúde? 15 postos, comparativamente ao mesmo período do governo passado, de 88 postos de saúde, sem contar os 14 centros sociais.

Mas, não era esta uma área absolutamente prioritária do Governo José Richa? Como não é prioritária, por exemplo, Srs. Parlamentares, a ampliação dos serviços de abastecimento de água tratada, pelo que isto representa, em benefício da saúde pública, da população paranaense? Mas, eu vou dar os dados, depois de ouvir com muita atenção o aparte do Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel - Agradeço a Vossa Excelência a oportunidade deste aparte.

Eu gostaria, justamente, Deputado Luiz Alberto Oliveira, de pinçar um aspecto que Vossa Excelência deu ênfase e que diz respeito à diminuição do universo de alunos matriculados no sistema de ensino do Paraná, quando confrontamos as datas de 1979 e de 1983. Gostaria de lembrar ao Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, que na década de 1970, mais especificamente, o Estado do Paraná enfrentou aquilo que considero como o maior desafio da educação mundial.

Tivemos um crescimento populacional desmesurado, a execução de grandes obras, no Estado do Paraná, como é o caso da Usina de Itaipu, atraíram para cá contingentes de diferentes Estados deste País, além do crescimento vegetativo da população paranaense, houve um adicional muito significativo nesse sentido.

A infra-estrutura do Paraná, de modo geral, foi desafiada, em especial o sistema educacional paranaense, e naquela oportunidade, a tônica era justamente a construção do maior número de salas de aulas, a criação de novas escolas, principalmente nas fronteiras que se abriam no Estado, nos núcleos populacionais que iam se formando ao longo da unidade federativa.

Ora, Vossa Excelência traz do relatório do eminente Governador José Richa, dados estatísticos que revelam uma diminuição. E nós ficamos a refletir então sobre este assunto, levando-se em consideração que as estatísticas não são o nosso forte, e normalmente, quando aparecem, já estão defasadas no tempo. Eu pergunto se o grande problema no Paraná, neste momento, nesta década de 80, seria a mesma tônica adotada em 1970; a construção do maior número de salas de aula.

Talvez não esteja aí o problema. Talvez o problema seja um problema que se eterniza neste País, e mesmo em que pese os avanços do sistema educacional paranaense em confronto com os demais Estados da Federação, quem sabe esteja, justamente, na evasão de alunos de primeira e segunda séries no ensino de primeiro grau. Quem sabe esteja no fraco desempenho do sistema educacional. Fraco, digo eu, porque poderia, mais e melhor, produzir um aceleração na produção de ensino dentro do sistema.

O que eu estou procurando destacar é a lentidão

no processo de alunos que ingressam na primeira série do primeiro grau e os alunos que deixam a última série do segundo grau, dentro do sistema de ensino do Paraná, que, com certeza, ainda é um dos melhores desempenhos do sistema educacional brasileiro.

Um outro aspecto, que encaro como da maior importância e que talvez não venha ainda recebendo o devido atendimento, a devida atenção, diz respeito ao recrutamento de novos alunos. É da maior importância que o sistema educacional, representada pela sua administração, pela Secretaria de Estado do setor competente, possa criar mecanismos de recrutamento para que o novo contingente de alunos, principalmente as crianças na faixa de idade de 7 anos, tenham consciência, conhecimento e sejam atraídas pelo sistema educacional, sem o que, neste momento de crise econômica política e social que vive a sociedade brasileira, se os dirigentes, se os homens públicos não se ativerem com todo o carinho, com todo o zelo, não se ativerem a questões como estas, por certo, nos próximos anos, estaremos vivendo problemas resultantes desta desatenção.

Mas, eu acredito que Vossa Excelência tem mais a discorrer sobre outros setores da administração estadual, mas gostaria, especificamente, com relação ao contingente de alunos matriculados no sistema educacional de ensino do Paraná, deixar aqui a pergunta: se medidas outras no aspecto administrativo de acelerar a produção educacional do Estado, dando maior agilidade e maior desempenho ao sistema educacional, não resolveria melhor a questão, do que pura e simplesmente a fórmula simplista da construção de maior número de salas de aula?

É claro que coloco isto em tese. É lógico que não estou negando que nas novas localidades dos novos núcleos, dos novos conjuntos habitacionais, das novas frentes que se abrem no Paraná, onde começa a se formar novas comunidades locais e regionais, aí sim é indispensável a construção de equipamentos escolares para o atendimento à demanda natural.

Porém, tenho a certeza de que não poderá, absolutamente, vencer-se as preocupações do sistema de ensino do nosso Estado e, por analogia, o sistema...

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) Lamento informar ao apartante que o horário do Líder que está na tribuna está esgotado, mas concede mais um minuto para cumprir a sua oração.

O SR. ODENI MONGRUEL – Eu agradeço.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Eu é que agradeço o ilustrado aparte de Vossa Excelência, a quem credito boa parte do sucesso educacional ocorrido no Paraná na década de 1970.

Vossa Excelência, educador emérito que é, fundador e criador, diretor e Reitor da Universidade de Ponta Grossa, tem realmente toda autoridade para por uma profícua vida pública no setor da educação, de trazer todos esses esclarecimentos à Assembléia Legislativa.

E coloca no seu brilhante aparte, realmente, o “dedo na ferida”, quando fala sobre um dos graves problemas da educação no Paraná, que é a evasão escolar,

especialmente na primeira e segunda séries, do curso primário.

Mas, lamentavelmente, sobre isso, a Secretaria da Educação não discorre, mas discorre sobre a construção de novas salas de aula, para afirmar, enfaticamente, que o Governo constrói 2 salas de aula por dia, aplicando 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros na construção de novas salas de aula.

Mas, no quadro estatístico, diz que há redução de matrículas na rede estadual de ensino, enquanto que há um crescimento de matrículas na rede pública federal, na rede pública municipal e na rede particular de ensino do Paraná.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, tenho que encerrar, porque gostaria até de levar mais alguns dados para a Bancada do PMDB, com relação, por exemplo..

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO – (Pela Ordem)

O orador que se encontra na tribuna já excedeu em dois minutos e 8 segundos o tempo que lhe foi dado.

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) Esta Mesa

recebe a Questão de Ordem do Deputado Líder da Bancada do PMDB e lamenta interromper o discurso de Vossa Excelência.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 07/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS – AARE, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 192/80, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria o Município de SÃO JOSÉ, desmembrado do Município de Santa Helena, com as divisas que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar n.º 03/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que altera os seguintes dispositivos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado); no Capítulo III - Da Aposentadoria - Artigo 140 - Modificação no Inciso II e § 2.º. No Capítulo VI - Do Vencimento e da Remuneração - Artigo 159 e acresce incisos e parágrafos, conforme especifica. Com Parecer e Emenda Substitutiva da C.C.J., por unanimidade. E com Pareceres Favoráveis da C.F. e C.R.H. à Emenda Substitutiva da C.C.J., por unanimidade. –

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o adiamento da votação por cinco (05)

sessões, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. — **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n.º 03/84, por cinco (5) sessões.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência anunciou como aprovado?

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) O requerimento solicitando adiamento por cinco (5) sessões.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara)

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao jornalista SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 305/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, conforme transcrição n.º 204, às fls. 51, do Livro n.º 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti, desde que constem da respectiva escritura as condições estabelecidas pela Lei Municipal n.º 005/84, de 05/07/84. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Everaldo Carvalho de Lima, ocorrido no dia 09 de fevereiro do corrente ano, no Município de Palmas. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Elton Peruzzo, Rogério dos Santos Rocha, Luiz A. S. Rocha, Vlademir Daniel, Luiz Carlos Alves, Ivanir Cazamalli e o soldado da PM, Francisco de Souza, todos do Município de Bituruna. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Seminguem, ocorrido no Município de Campo Mourão. — **Aprovado. à Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução n.º 20/84, de sua autoria, que cria na estrutura do Poder Legislativo, seis gabinetes às Vice-Lideranças, como especifica. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 03/85, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Arcebispo de Cascavel, Dom Armando Cirio. — **Aprovado. À Diretoria**

Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do centenário de nascimento da Professora Amasília Pinto de Araújo, ocorrido no dia 08 de março do corrente ano. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu solicito que Vossa Excelência anuncie o autor do requerimento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo melhorias e ampliação da rede de água no Município de Ipiranga. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo alteração no roteiro de viagem do ônibus que faz a linha Curitiba - Londrina, Viação Ouro Branco S/A, pela PR-90, na localidade de Barro Preto, Município de Tibagi. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de dois aparelhos telefônicos públicos no Município de Cândido de Abreu, sendo um no Quartel da Polícia Militar e outro no centro da cidade. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo para que o mesmo determine junto à Secretaria de Assuntos Comunitários, ajuda financeira para construção da sede da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira, do Município de Campo Mourão. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do BANESTADO no Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Governador do Estado, Presidente do BNH e Presidente do Conglomerado BANESTADO, encarecendo a definição imediata com relação à absorção dos funcionários da HABITASUL S/A e Banco Sulbrasileiro S/A., pelo BANESTADO. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a implantação do programa de fluoretação na rede de água no Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de

congratulações à Associação Comercial e Industrial do Município de Campo Mourão, pela eleição da sua nova diretoria. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo uma ambulância devidamente equipada, para o Município de Fênix. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a pavimentação asfáltica ligando a BR-272 à Avenida 19 de Agosto, no Município de Goioerê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a doação de uma fanfarra para o Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Juranda. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Governador do Estado, encarecendo uma tomada de posição com vistas à situação indefinida em que se encontram os funcionários do Banco Sulbrasileiro, frente a notícias de liquidação extrajudicial do referido Banco. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a revisão do número de vagas estabelecido para provimento dos cargos de Auxiliar Administrativo II e Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal CLT da Secretaria da Educação. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a liberação de recursos previstos para a reforma do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, no

Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BNH, encarecendo urgência nas providências de regularização da situação dos funcionários das agências dos Bancos Habitasul e Sulbrasileiro no Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de moção de apoio ao Congresso Nacional, à Emenda Roberto Freire - (PMDB-PR), ora tramitando naquele Legislativo, e que altera a Constituição Federal para instituir a plena liberdade de organização partidária. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor Presidente do DNER, encarecendo a adoção de novos critérios para aferir o peso das cargas transportadas por caminhões, que deve ser tomado como "peso total" e não "peso por eixo". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 192/80, 112 e 305/84.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/84 e do Projeto de Resolução n.º 20/84.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/84.

Levanta-se a Sessão.